



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FUNDAMENTAIS
CAMPUS II – AREIA-PB
CURSO AGRONOMIA**

**A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA EM
ASSENTAMENTOS DO AGRESTE PARAIBANO: UM ESTUDO
SOBRE O PROCESSO**

MARIA AMÁLIA DA SILVA

**AREIA/ PB
DEZEMBRO/2015**

MARIA AMÁLIA DA SILVA

**A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA EM ASSENTAMENTOS
DO AGRESTE PARAIBANO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentada à
Universidade Federal da
Paraíba como requisito para
obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

Orientador: Prof. Dr. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

**AREIA/ PB
DEZEMBRO/2015**

MARIA AMÁLIA DA SILVA

**A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA EM ASSENTAMENTOS
DO AGRESTE PARAIBANO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentada à
Universidade Federal da
Paraíba como requisito para
obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

Aprovada em, 10 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho
DCFS/CCA/UFPB

Izabel Cristina da Silva Santos
Eng^a Agrônoma/ARRIBAÇÃ
Examinadora

Prof^a. Msc. Márcia Eugênia de Souza Pinto
DCFS/CCA/UFPB
Examinadora

AREIA/PB
DEZEMBRO/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os agricultores e agricultoras familiares, em especial aos agricultores que há anos vem produzindo de maneira diferenciada, respeitando o meio ambiente e fornecendo alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos para população. Dedico também às organizações que representam e acompanham a agricultura familiar com base na agroecologia, fortalecendo a produção agroecológica, lutando pela autonomia e liberdade na comercialização de seus produtos, buscando um comércio justo e solidário.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus criador, responsável pelo dom da vida, o qual nos presenteou com o solo, ar, os animais, as plantas, dando a oportunidade de cuidar, estudar e produzir alimentos para sociedade;

À toda minha família, agradeço principalmente aos meus pais, irmãos, sobrinhos/a, avós, pelo apoio, compreensão, acolhimento e os ensinamentos, me formando para viver no mundo;

A ARRIBAÇÃ e a Prefeitura Municipal de Remígio pela oportunidade de trabalhar com agricultura familiar e pelo aprendizado nesses últimos 7 anos, contribuindo fortemente na minha formação como cidadã, como profissional responsável e justa;

A família que construí em Remígio, agradeço imensamente à acolhida, paciência e o carinho que me foi dado durante os sete anos de moradia nesta cidade maravilhosa;

Aos assentamentos: Queimadas (Remígio/PB) e Margarida Maria Alves I (Juarez Távora/PB) pela confiança, por participar e contribuir diretamente com a realização deste trabalho;

Ao professor Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho, que me atura desde o sexto período, acompanhando meus estágios supervisionados e que aceitou o convite de orientação deste trabalho, sou muito grata pela paciência, pela amizade e pela excelente contribuição dada na realização desta pesquisa;

Aos amigos e colegas de curso, das diversas turmas das quais tive a honra de participar, agradeço as trocas de conhecimentos, as horas de estudos compartilhadas, as conversas, discussões dentro e fora da sala de aula, dos momentos de diversão e de contemplação da natureza encantadora do campus de Areia;

A sociedade brasileira, que por meio de suas contribuições proporcionam o funcionamento das universidades públicas, nos permitindo o acesso ao ensino superior de qualidade;

Por fim, à toda comunidade acadêmica do Campus II CCA/UFPB pelo conhecimento repassado, participando diretamente da minha formação acadêmica.

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Território do Vale do Paraíba.....	31
FIGURA 2: Mapa do Território da Borborema.....	32
FIGURA 3: Entrevistando o agricultor José Rivaldo - Assent. Queimadas Remígio/PB.....	34
FIGURA 4: Tração animal na produção de Algodão- Assent. Margarida Maria Alves I.....	39
FIGURA 5: Diversidade da produção do agricultor José Rivaldo – Assent. Queimadas.....	39
FIGURA 6: Reunião da RBA no Assent. Margarida M ^a Alves I.....	41
FIGURA 7: Visita de intercâmbio no Assent. Margarida M ^a Alves I.....	41
FIGURA 8: Agricultores do Assent. Queimadas visitando os lotes dos agricultores do Assent. Margarida Maria Alves I, Juarez Távora/PB.....	46
FIGURA 9: Jovens realizando a visita de verificação no Assent. Margarida M ^a Alves.....	49
FIGURA 10: Reunião da Rede Borborema de Agroecologia.....	51

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Tamanho das áreas de produção.....	36
GRÁFICO 2: Diversidade da produção vegetal.....	38
GRÁFICO 3: Diversidade da produção animal.....	39

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARRIBAÇÃ - Associação de Apoio a Políticas de Melhoria de Qualidade Vida, Convivência Com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização de Produção Familiar
COAGRE - Coordenação de Agroecologia
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOLMÉIA – Cooperativa Ecológica
COONATURA – Associação Harmonia Ambiental
CPOrg – UF Comissões da Produção Orgânica das Unidades Federativas
CTC - Certificados de Transação Comercial
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização para a Agricultura e Alimentação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBD – Instituto Biodinâmico
IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a agricultura familiar
INMETRO - Instrução Normativa dos Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade
MAPA - Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MAELA - Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NC – Não Conformidade
OAC – Organismos de Avaliação da Conformidade
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGF – Programa do Garantia Safra
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBA - Rede Borborema de Agroecologia
SCI – Sistema de Controle Interno
SISORG - Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG - Sistema Participativo de Garantia

RESUMO

O processo de certificação orgânica é complexo, oneroso e demorado, isso dificulta interesse e a participação direta dos agricultores familiares que trabalham com a produção orgânica/agroecológica e que deseja acessar o mercado dos orgânicos. Na Paraíba há grupos de agricultores familiares que certificam suas áreas de produção por meio da certificação por auditoria, outros, certificam via OCS – Organismo de Controle Social. A certificação por auditoria não é interessante para agricultores e a certificação através da OCS é apenas para venda direta, os agricultores dos assentamentos Queimadas – Remígio e Assent. Margarida M^a Alves I – Juarez Távora/PB desejam um processo de certificação orgânica participativa e que permitam comercializar para venda direta e para mercados externos. Em 2013 foi constituído o OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, denominado de Rede Borborema de Agroecologia, criada para organizar e certificar as áreas de produção orgânica dos agricultores familiares. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre o processo de certificação orgânica participativa nos assentamentos acima citados. A metodologia usada foram visitas de campo, registros fotográficos, pesquisa nos documentos constitucionais da Rede Borborema de Agroecologia (estatuto social, regimento interno, livros de ata) participação das reuniões/encontros promovidos pela rede, conversas informais, aplicação de questionários e entrevistas com os agricultores e agricultoras familiares. Os resultados mostram informações sobre a produção orgânica/agroecológica, apresentam também a importância, a forma de participação, as dificuldades e avanços obtidos com o processo de certificação orgânica participativa.

Palavras chaves: Certificação participativa, Produção orgânica/agroecológica, Mercado de orgânicos.

ABSTRACT

The organic certification process is complex, costly and time consuming, this hinders interest and direct participation of family farmers who work with organic production / agro-ecological and you want to access the organic market. Paraíba there are groups of family farmers to certify their areas of production through certification by audit, others, certify via OCS - Office of Social Control. Certification by audit is not interesting by farmers and certification through the OCS is only for direct sales, farmers in Burnt settlements - Remigio and Assent. Margarida Maria Alves I - Tavora / PB want a participatory organic certification process and enabling market for direct sales and foreign markets. In 2013 it was made the OPAC - Participatory Organization of Organic Conformity Assessment, called Borborema Agroecology Network, set up to organize and certify the areas of organic production of family farmers. This paper aims to conduct a study on the participatory organic certification process in the settlements mentioned above. The methodology used were field visits, photographic records, search the constitutional documents of the Borborema Agroecology Network (laws, bylaws, minutes books) participation in meetings / workshops sponsored by the network, informal conversations, questionnaires and interviews with farmers and family farmers. Results show information about the organic / agro-ecological production, also show the importance, the form of participation, difficulties and progress made with participatory organic certification process.

Key words: participatory certification, organic production / agro-ecological, organic market.

INTRODUÇÃO	10
1.OBJETIVOS	11
1.1 OBJETIVO GERAL	11
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA.....	12
2.2 REDES.....	20
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.4. PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	26
2.5 PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	28
3.LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	31
4. METODOLOGIA.....	34
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
5.1 INFORMAÇÕES GERAIS DAS ÁREAS DE PRODUÇÃO.....	35
5.2 IMPRESSÕES SOBRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	
PARTICIPATIVA SEGUNDO OS AGRICULTORES.....	40
5.2.2 PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	
ORGÂNICA.....	44
5.2.4 AVANÇOS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA	50
9. REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS.....	58

INTRODUÇÃO

O processo de Certificação Orgânica é um desafio para as organizações dos agricultores e agricultoras familiares, pois é um processo demorado, complexo e bastante oneroso, porém necessário para quem deseja acessar o mercado de orgânicos. A certificação orgânica é o que determina a participação da produção em alguns mercados. No estado da Paraíba, além da produção do algodão orgânico/agroecológico, temos outros produtos que são comercializados como orgânicos. Produtos alimentícios, por exemplo, são comercializados através dos programas institucionais PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, recebendo um acréscimo de 30% acima do valor dos produtos convencionais, mas, para isso, é necessário apresentar o certificado de orgânicos.

No período de 2006 a 2012 os agricultores dos municípios de Remígio, Areia, Arara, Solânea, Areial e Juarez Távora, certificaram suas áreas de produção por meio de uma empresa terceirizada, o IBD – Instituto Biodinâmico, para isso foi formado um SCI

– Sistema de Controle Interno e identificada uma entidade guarda chuva que representasse os agricultores no processo de certificação, ou seja, uma associação/cooperativa. O SCI foi formado por agricultores, técnicos e estudantes/estagiários das entidades de assessoria. Apesar de a produção ser diversificada, os únicos produtos que eram comercializados como orgânicos eram a erva doce e a pluma do algodão branco e colorido.

No ano de 2013 os agricultores, estimulados pela Associação de Apoio a Políticas de Melhoria de Qualidade Vida, Convivência Com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização de Produção Familiar – ARRIBAÇÃ, EMBRAPA Algodão e a Prefeitura Municipal de Remígio, resolveram dá um passo mais adiante e fundar sua própria entidade guarda chuva, constituindo o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC e o Sistema Participativo de Garantia – SPG. O OPAC é denominado como Rede Borborema de Agroecologia – RBA é uma associação de agricultores e agricultoras familiares que trabalham com produção orgânica/agroecológica, organizada na forma de pessoa jurídica, sem fins lucrativos, fundada para organizar e certificar as áreas de produção orgânica. Sua área de

abrangência é o estado da Paraíba, tendo participação direta dos agricultores familiares, entidades de assessoria técnica, Organizações não governamentais (Ong's), instituições de pesquisa e consumidores. Mas, não basta apenas fundar uma entidade que represente os agricultores familiares, é necessário realizar vários processos de formação, elaborar documentos, realizar visitas de intercâmbio, inspeção, entre outros. O presente trabalho se propõe a realizar um estudo sobre o processo de certificação orgânica participativa nos Assentamentos Margarida Maria Alves I e Queimadas, localizadas respectivamente nos municípios de Juarez Távora e Remígio, no estado da Paraíba.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral:

Realizar um estudo sobre o processo de certificação orgânica participativa nos assentamentos: Margarida Maria Alves I e Queimadas.

1.2 Objetivos específicos:

- Analisar a importância da Rede Borborema de Agroecologia para os agricultores familiares envolvidos no sistema de produção orgânica;
- Avaliar a participação dos agricultores familiares no processo de certificação orgânica participativa;
- Avaliar as dificuldades na implantação da certificação participativa;
- Mostrar os avanços obtidos por meio do processo de certificação participativa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Certificação Orgânica

O processo sobre certificação orgânica teve início na França, no ano de 1972, através da IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica. No ano de 1978 a entidade publicou as primeiras normas e regulamentações da produção orgânica, as quais serviram como referência no processo de comercialização dos produtos orgânicos. A França foi o primeiro país a fazer uso desta regulamentação, e posteriormente essas normas foram utilizadas no mundo até a década de 90. Logo em seguida a União Europeia criou seus próprios regulamentos para produção orgânica de origem vegetal.

No final da década de 90 o Codex Alimentarius publicou diretrizes para produção orgânica de origem vegetal e animal. O Codex Alimentarius é um fórum internacional que trabalha com as normas e regulamentos do comércio de alimentos, formado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por ato da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS), este fórum foi criado em 1963, tendo como finalidade proteger a saúde dos consumidores, por meio de práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos (MAPA, 2015).

No Brasil o trabalho com agricultura orgânica começou na década de 70, tendo a participação direta de organizações de produtores, consumidores e técnicos. As discussões sobre regulamentação de orgânicos iniciou no ano de 1994, sendo reconhecida oficialmente em maio de 1999, através da participação efetiva e organizada da sociedade civil e do poder executivo, sendo publicada a Instrução Normativa 007/99 do MAPA - Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (BRASIL, 1999). De acordo com Fonseca (2001), as primeiras iniciativas de produção e comercialização de produtos orgânicos no país foram estabelecidas por cooperativas de consumidores (COONATURA – Associação Harmonia Ambiental, no Rio de Janeiro, e COOLMÉIA

– Cooperativa Ecológica no Rio Grande do Sul), no ano de 1978, aproximando consumidores e produtores. No entanto, a necessidade da regulamentação para os

alimentos orgânicos ocorreu com o distanciamento entre agricultor e consumidor, devido o crescimento do mercado. No início o processo de normatização era realizado pelas próprias organizações de agricultores, ONG's e cooperativas de consumidores.

Em dezembro de 2003, foi publicada a Lei 10. 831 (Lei de Orgânicos do Brasil), a qual define e estabelece as condições obrigatórias para produzir e comercializar os produtos da agricultura orgânica (BRASIL, 2003). A Lei de Orgânicos só foi regulamentada no ano de 2007, com a publicação do decreto de Nº 6.323, este decreto apresenta conceitos, diretrizes e as disposições gerais sobre as relações de trabalho existentes na agricultura orgânica, relacionadas à produção, comercialização, informações sobre a qualidade (identificação, rotulagem e publicidade) e sobre os insumos. Esse decreto regulamenta também as atividades de avaliação da conformidade por meio da certificação dos produtos orgânicos e o processo de fiscalização (MARQUES, 2001).

Para que haja o cumprimento do processo de avaliação da conformidade orgânica o decreto nº 6.323 instituiu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Orgânica. Este sistema envolve órgãos, entidades da administração pública federal e Organismo de Avaliação da Conformidade credenciado pelo MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O sistema é identificado por um selo único, em todo território nacional, essa identificação poderá acontecer através da Certificação Orgânica ou pelo Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. É de responsabilidade do MAPA o processo de credenciamento, acompanhamento e fiscalização dos organismos de avaliação da conformidade orgânica (FONSECA, 2009). Segundo Fonseca (2009) para avaliação da conformidade orgânica é necessário adotar critérios, sistematizar informações, estabelecer regras e realizar monitoramento e acompanhamento contínuo nos sistemas de produção, com intuito de seguir os regulamentos previstos em lei a um determinado serviço ou produto. As atividades da avaliação da conformidade baseiam-se nos seguintes itens:

- Reconhecimento da competência técnica – instalações, metodologias de qualidade (coleta de informações, visitas técnicas, inspeções, coleta de materiais), atores envolvidos, instrumentos, processamento de produtos;
- Credibilidade: Ética, imparcialidade, responsabilidade e comprometimento.

Foi a partir das atividades da Avaliação da Conformidade que foram incorporados e fortalecidos os sistemas de certificação participativa, conhecidos também como Sistemas Participativos de Garantia, promovidos pela IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica e do MAELA - Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (IFOAM, 2005).

O Art. 2º do decreto nº 6.323 define o Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) como:

Conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2007).

No Brasil a primeira experiência com certificação participativa foi através da a Rede Ecovida de Agroecologia, no Sul do país, envolvendo um conjunto de atividades realizadas por organizações populares e não governamentais, as quais trabalham com a construção de um novo modelo de produção, oposto a Revolução Verde, estimulando a produção de produtos de excelente qualidade nutricional, resgatando a cultura das comunidades e grupos tradicionais, evitando a poluição e desmatamento dos recursos naturais, preservando o material genético das sementes crioulas, promovendo a biodiversidade e diminuindo o êxodo rural.

A Rede Ecovida de Agroecologia agrega os mais diversos atores envolvidos no desenvolvimento da agroecologia no Sul do Brasil tendo como princípios: Ter a agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável; Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações; Ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção; Trabalhar na construção de mercado justo e solidário; Garantir a qualidade do processo por meio da certificação participativa.

A certificação participativa trabalha com associações, cooperativas e grupos informais de agricultores familiares ecologistas, organizações de assessoria, associações e grupos de consumidores, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, tendo como objetivos: Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; Estimular o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos; Articular e tornar disponíveis informações entre as organizações e pessoas; Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; Estimular o

intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; Ter uma marca/selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade.

Quando o MAPA começou a trabalhar com o processo de normatização da produção, comercialização e certificação dos produtos orgânicos, diversas ONG's – Organizações Não Governamentais do Sul do Brasil apresentaram posicionamentos contrários ao modelo de certificação que estava sendo formado, este divergia com os princípios da agroecologia. O modelo de certificação que estava sendo proposto era o da IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica, pelo qual é preciso contratar uma entidade certificadora externa e um inspetor que é totalmente desligado do sistema de produção, para atestar a qualidade orgânica da produção. As organizações não governamentais não concordavam com essa metodologia e defendiam um sistema de certificação participativo/solidário, no qual todos pudessem se envolver, produtor, consumidor e técnicos, proporcionando maior credibilidade entre ambos, neste modelo substituíam a figura do fiscal/inspetor externo pelo o agricultor/consumidor (MARQUES, 2001).

Segundo Marques (2001), aqueles que defendiam a proposta do MAPA diziam que o mercado exigia selos de qualidade e que o processo de certificação participativa não conseguiria atender esse padrão de qualidade, impossibilitando desta forma a exportação dos produtos orgânicos, pois os mesmos não estariam devidamente certificados. As organizações não governamentais apresentaram várias experiências direcionadas para o consumo local e reconhecidas pela sociedade, comprovando que os mecanismos solidários são honestos e que mereciam credibilidade, não se podia admitir que um agente externo viesse de longe para comprovar a qualidade da produção dos agricultores familiares, isto seria uma falta de respeito com tudo que foi construído, falta de respeito com a história de vida e luta desses agricultores.

Diante destes debates, foi publicado em maio de 1999, a Instrução Normativa 007 do Ministério da Agricultura, que trata da produção orgânica vegetal e animal, constando que às certificadoras deverão adotar o processo de certificação que for mais adequado às características da região onde atuam, desde que sejam observadas as exigências legais. (BOLETIM DESER, 1999). Desta forma há três tipos de avaliação da conformidade orgânica, os quais são:

- Primeira parte – realizada pelo produtor/fabricante ou somente pelo fornecedor;
- Segunda parte – realizada apenas pelo comprador/consumidor;

- Terceira parte – realizada por uma entidade independente, em relação ao fornecedor e ao consumidor, não havendo, portanto, interesse na comercialização do produto.

A avaliação da conformidade poderá também ser realizada de maneira individual e por grupos de pequenos produtores. A primeira forma geralmente trabalha com grandes produtores, a última envolve pequenos empreendimentos. A avaliação da conformidade pode ser realizada adotando a metodologia participativa, na qual os próprios produtores compartilham a responsabilidade no processo, podendo ainda envolver técnicos e consumidores. As ações que podem ser trabalhadas na avaliação da conformidade orgânica são: avaliação do sistema de qualidade de produção, julgamento do serviço executado, amostragem, controle social (reuniões, troca de experiências, participação etc.), avaliação por revisões de pares, acordos coletivos. Estas podem ser avaliadas por meio do controle social, realizado pela participação dos atores do SPG - Sistema Participativo da Garantia, durante as reuniões, visitas de campo, decisões coletivos firmados, etc (FONSECA, 2009).

Todo esse processo faz parte do Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG, ou seja, todo agricultor que demonstrar interesse no uso do selo de orgânicos para comercializar para empresas, vendas institucionais, entre outros meios de comercialização, deverá cadastrar-se no SISORG, esse sistema atesta a qualidade orgânica dos produtos para os consumidores, mostrando que os mesmos seguem os regulamentos técnicos de produção orgânica. A certificação pode acontecer de duas formas: a Certificação por auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia. O SISORG usa as normas da ISO 65 (selo de qualidade para produtos agropecuários conhecido no mundo), reconhecida pelo INMETRO - Instrução Normativa dos Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade, nas certificadoras que operam em território brasileiro (FONSECA, 2009).

Para Fonseca, (2009) Certificação é o processo de análise dos registros da unidade produção, por meio de visitas no campo, registros de dados, entrevistas com os agricultores, baseado nestas informações se confirma a conformidade do produto. Para isso é necessário disponibilizar recursos, demonstrar competência e responsabilidade, como também transparência e imparcialidade. Essa certificação é realizada por um OAC

– Organismos de Avaliação da Conformidade, ou seja, por um agente externo e

validado pelo SISORG. Pode ser de maneira individual e/ou grupos de agricultores, esta última acontece com associações e empreendimentos de pequenos agricultores. Foi criada com o intuito de reduzir os custos com o processo de certificação, para isso, o grupo deve formar um SCI - Sistema de Controle Interno 100% operante, ou seja, capaz de elaborar toda documentação exigida, respeitando o regulamento do sistema de certificação, efetuar as visitas e inspeções anuais e acompanhar o processo de auditoria externa, a qual é realizada pela certificadora contratada pelo grupo de agricultores. A auditoria acontece por amostragem, obedecendo a seguinte metodologia: realização do cálculo da raiz quadrada de n (n é o número de unidades de produção a serem certificadas). Se houver NC – Não Conformidade em alguma área de produção se aplica as sanções administrativas previstas na legislação.

Segundo Fonseca (2009) o SPG – Sistema Participativo de Garantia validado pelo SISORG, foi criado no período de 2004 à 2005 com o objetivo de realizar a avaliação participativa da conformidade de produtos, serviços e processos. Para que esta avaliação ocorra é necessário constituir um OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, podendo ser uma associação/cooperativa de agricultores, neste processo não há participação de agentes externos, as atividades (reuniões, visitas de campos, visitas de pares, tabulação de dados, inspeções) e o controle social são realizados pelos próprios agricultores, podendo ter a participação do consumidor e técnicos. O artigo 2º da Instrução Normativa 19 define OPAC como:

uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG. (BRASIL, 2009, p.2).

Para Fonseca (2009) este sistema poder ser adaptado respeitando a cultura local promovendo segurança e credibilidade ao grupo. E para bom funcionamento, é preciso ter os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimento Interno, Manual de Procedimentos Operacionais, além dos documentos exigidos na regulamentação, os quais devem ser elaborados seguindo rigorosamente as Instruções Normativas 18 e 19. Deve-se também constituir uma estrutura básica formada pelos agricultores, as quais poderão ser: comissão de avaliação da conformidade e o conselho de Recursos, devendo sempre ter um representante no SPG (FONSECA, 2009). Para que o OPAC funcione bem é importante que cada ator se responsabilize pelas suas funções, ou seja, é de responsabilidade do agricultor solicitar a avaliação da conformidade de seus

produtos, repassar as informações solicitadas pelo OPAC e SPG, acatar as orientações e sanções administrativas previstas no regimento interno do OPAC, preservar pela conformidade de sua produção. Os consumidores, técnicos também podem contribuir com a credibilidade do sistema participativo de conformidade participando ativamente das atividades promovidas pelo SPG e OPAC. O OPAC possui funções fundamentais, tais como: Ser o representante legal do(s) SPG(s) perante os órgãos competentes; Assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade; Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG; Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade; Apontar as não conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores (FONSECA, 2009).

Para que o SPG funcione com organização e eficiência é preciso apresentar elementos chaves básicos no processo de capacitação, podendo ser: Visão Compartilhada (promovendo a participação ativa de agricultores, consumidores e técnicos nos processos do SPG); Participação (usar uma linguagem de fácil entendimento, realizar atividades nas quais todos possam contribuir, promovendo a credibilidade, estreitando as relações entre ambos); Transparência (é importante que todos saibam como deve funcionar o SPG, permitindo a participação na execução das atividades realizadas e elaborando toda documentação exigida pelo SPG); Confiança (tentar aplicar todos os mecanismos de controle social previstos na regulamentação do SPG, prezando pela credibilidade e qualidade do serviço); Processo de Aprendizagem (realizar momentos de formação contínua, promovendo e fortalecendo a construção do conhecimento de todos os participantes); Horizontalidade (decentralizar poder, todos devem participar dos momentos de construção de conhecimento, das atividades práticas, procedimentos legais do SPG, desta forma todos estarão no mesmo nível de responsabilidade, mantendo qualidade do serviço e da produção (LENOUD e FONSECA, 2004)

Fonseca, (2009) ainda fala dos objetivos, abrangência da avaliação participativa e dos critérios mínimos para o bom funcionamento do SPG – Sistema Participativo de Garantia. A avaliação participativa da conformidade tem como objetivo desenvolver atividades de prevenção para produção orgânica, seguindo os regulamentos da lei de orgânicos, decretos e instruções normativas, identificar os casos de não conformidade e aplicar as sanções administrativas, para isso é necessário fazer um acompanhamento junto aos agricultores, aperfeiçoando os diversos sistemas

de produção existente, proporcionar a construção do conhecimento por meio de visitas de intercâmbios, dias de campo. O SPG e o OPAC deve promover no mínimo uma visita aos agricultores pelo menos uma vez ao ano, podendo ser utilizado outras formas de controle social durante os intervalos das visitas. Para os sistemas de produção mais complexo, tais como: criações, processamento de alimentos, agroextrativismo sustentável, produção de culturas paralelas, entre outros, é necessário estabelecer um controle social com mais frequência, realizar análise das amostras, conforme determinado pelo OPAC.

Para que o SPG tenha um funcionamento é preciso que seja adotado alguns critérios, tais como: Adesão ao SPG (o fornecedor deve manifestar oficialmente o interesse em participar, apresentando as informações solicitadas pelo OPAC, se comprometendo em cumprir com o regulamento do SPG); Solicitar a Avaliação da Conformidade (deve-se preencher um formulário de solicitação de avaliação da conformidade, apresentando o plano de manejo orgânico, o qual declara que conhece e cumpre com os regulamentos do SPG); Avaliação da Conformidade ou visitas de verificação (visitas de inspeção, onde se verifica os registros e documentação das áreas de produção, acesso a todas as instalações da propriedade), verifica as áreas dos vizinhos, nestas visitas deve-se elaborar relatórios, realizar registros fotográficos, conversar com o agricultor, coletar amostras, passar orientações. Para essa atividade é importante elaborar um roteiro, usando a documentação legal do SPG, pode-se ainda realizar visitas surpresas o OPAC é quem determinará será necessário (FONSECA, 2009).

Os processos de credenciamento, acompanhamento e fiscalização também são de responsabilidade das Comissões da Produção Orgânica das Unidades Federativas CPOrg-UF e Coordenação de Agroecologia - COAGRE, o decreto nº 6.323 atribuiu a responsabilidade para emitir parecer dos processos de produção orgânica solicitado pelos grupos, as comissões tem um papel muito importante que é de fortalecer, aperfeiçoar e assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, por meio de encontros, reuniões, fóruns, discutir propostas para melhorar e facilitar os trabalhos e emissão do parecer sobre os pedidos de credenciamentos junto ao MAPA – Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (BRASIL, 2007).

Percebe-se que o processo de certificação orgânica exige o envolvimento de pessoas, entidades, organizações governamentais e não governamentais, se

organizando em forma de uma rede, cujo o sucesso das ações/atividades realizadas dependerá exclusivamente da participação de todos.

2.2 Redes

Quando pretende-se realizar determinada atividade/ação é necessário que haja planejamento e organização entre os atores envolvidos, para isso geralmente as pessoas se organizam em grupos informais ou formais. Para Whitaker (1993), pode haver uma organização por meio de uma estrutura piramidal ou estrutural, sendo denominada de Redes e Pirâmides. Uma estrutura em Pirâmide envolve pessoas e instituições, tendo como forma de organização o nível de hierarquia, ou seja, um único –chefell, a comunicação entre os participantes ocorre de cima para baixo e vice – versa. Já a estrutura em Rede é uma forma de organização que também envolve pessoas ou entidades, porém de maneira horizontal, não existe um chefe, há um desejo coletivo de concretizar determinado objetivo.

A estrutura em pirâmide demonstra poder, riqueza, centralização, não permite a inserção de novos integrantes, é um espaço fechado, quem participa dos momentos de discussão, negociação geralmente são os diretores e presidentes das organizações. Existem muitos participantes na base, porém com pouco poder de participação e responsabilidade, e no topo há poucos participantes, mas, com muito poder e responsabilidade e com direito de decidir, de opinar, de votar, desfrutado por todos, buscando atingir as solicitações e demandas da rede. A rede é aberta horizontalmente, tem-se o poder de desbloquear e de dar maior oportunidade de participação, envolvendo novas pessoas e entidades.

Algumas redes surgiram como uma resposta aos problemas que eram provocados pelas estruturas piramidais. É preciso entender que não se pode substituir as estruturas piramidais, pois existem momentos em que estas são desejáveis, já em outras situações o trabalho em rede poderá ser mais propício para atingir os objetivos. E em algumas ocasiões o melhor seria trabalhar com as duas estruturas (WHITAKER,1993).

Para Inojosa (1999) Rede é definida como uma parceria voluntária para a realização de um propósito comum. Implica, nesse sentido, a existência de entes autônomos que, movidos por uma ideia abraçada coletivamente, livremente e mantendo sua própria identidade, articulam-se para realizar objetivos comuns.

Podendo impulsionar relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.

Já Martinho (2003) diz que rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos.

Fachinelli (2000) menciona que a difusão é uma dinâmica poderosa para estruturar uma rede de atores: indivíduos, empresas e organizações que tecem laços flexíveis, proporcionando uma inteligência coletiva, ou seja, sendo mais rápidos no processo de adaptação antecipada ou na resposta às diferentes contingências contextuais. Antes de fomentar, dinamizar ou simplesmente participar de uma rede, é preciso entender como funciona, como se relaciona com seus membros, por isso é importante seguir seus princípios: A liberdade de ação, a economia de forças e a concentração de esforços.

A forma de organização em rede acontece de maneira involuntária, a maioria das pessoas participa de algum tipo de rede, tendo a liberdade de entrar e sair a qualquer momento, isso depende das situações que acontecem na vida do ser humano. Uma rede oferece algum tipo de serviço, facilitando a circulação do mesmo. Os integrantes de uma rede geralmente se reúnem pessoalmente sempre que for necessário, nestes encontros há provocações de debates, organizações de eventos, cursos, oficinas, tais encontros dependerão da dimensão da rede, ou seja, do serviço que a mesma esteja envolvida. As reuniões da rede proporcionam seu fortalecimento e sempre está disposta a agregar novos membros. Os novos integrantes devem acatar as regras de participação que são estabelecidas pela rede, o desligamento dos membros também não deve provocar problemas à rede, assegurando a plena liberdade de opção de cada integrante (WHITAKER, 1993).

Segundo Inojosa (1999), para que haja relação de parceiros, redes são classificadas como: autônomas ou orgânicas, tuteladas e subordinadas. A Rede Autônoma ou Orgânica – é formada por membros autônomos, possui objetivos específicos e funcionam por meio de um projeto coletivo. A permanência de cada membro neste modelo de rede dependerá do grau de envolvimento, das contribuições e articulações realizadas para atingir os objetivos esperados. O controle é de maneira compartilhada pelos membros, podendo também ser localizada, esse tipo de rede trabalha por pactuação. A Rede Tutelada – os membros possuem autonomia, porém a

articulação ocorre sob a proteção de uma organização, utilizando uma regulação legal ou capacidade de financiamento para mobilizar os membros. Neste tipo de rede devem-se levar em consideração os custos e os possíveis benefícios de participação, dependendo de um agente mobilizador, o afastamento, desleixo desse agente poderá dispersar a rede.

Estão surgindo várias redes desse tipo, sob a proteção governamental, isso provoca o problema de tratar os parceiros de rede como se fossem partes singulares de um convênio com um parceiro constante: governo, nesses casos o parceiro geralmente dita as regras, pois o convênio é um contrato entre órgãos governamentais.

A Rede Subordinada – é formada por membros que fazem parte de uma organização ou de um sistema específico, havendo uma interdependência dos objetivos, esta independe do interesse dos membros. São as cadeias de lojas ou redes de serviços públicos. O grau de autonomia desta rede é determinado por uma coordenação que irá delegar e retomar poder a qualquer instante (INOJOSA, 1999).

Formar, constituir uma instituição/entidade é importante porque facilita o desenvolvimento de determinadas atividades, organiza as pessoas, mantendo-os mais unidas, fortalecidas e independentes. Os agricultores/as familiares geralmente se organizam através de associações, sindicatos, movimentos, federações, rede, etc, com intuito de ter mais fortaleza, lutando e buscando melhorias para suas comunidades locais.

2.3 Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar envolve uma grande diversidade social, cultural e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção moderna, durante muito tempo esse seguimento foi negligenciado na formulação de políticas públicas que viabilizasse redução nos custos de produção, acesso à terra, acesso ao crédito e geração de renda (FERREIRA, SILVEIRA e GARCIA, 2001). A denominação Agricultura Familiar surgiu na década de 90, quando os pequenos produtores rurais ou agricultores de subsistência passaram a ser caracterizados por esse termo, nesse período a produção dos pequenos produtores era vista como insuficiente, que só servia para o consumo familiar, por isso o nome agricultura de

subsistência.

Para Abramovay (1992) agricultura camponesa é considerada um modo de vida, onde a produção agrícola tem como principal objetivo alimentar a família. A agricultura familiar surgiu a partir das características da agricultura camponesa e passou a ser considerada uma profissão, envolvendo toda família no sistema de produção agrícola, a qual permite alimentar a família e o excedente é fornecido ao consumidor, de preferência no mercado local, proporcionando abastecimento em quantidade suficiente para população, regulando os preços dos produtos agrícolas, promovendo a geração de renda e fortalecendo a economia local.

Para a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a agricultura familiar é representada por meio da relação íntima existente entre o trabalho e a gestão, do planejamento do processo produtivo, onde este é desenvolvido pela família, trabalha com a diversidade produtiva e preserva os recursos naturais e possui o trabalho assalariado apenas para complementar a renda da família. (FAO/INCRA, 2000).

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar é reconhecida por envolver a família, onde, ao mesmo tempo é proprietária do sistema de produção e se responsabiliza pelo estabelecimento de produtivo.

Lamarche (1998) em seu estudo sobre agricultura familiar realizado em diversas regiões identificou os seguintes modelos: A Empresa Familiar e a Agricultura Familiar não empresarial. O primeiro modelo ocorre tendo pouca participação da família, em algumas ocasiões não há nenhum tipo de envolvimento por parte da família na produção agrícola, a terra passa a ser principal instrumento de trabalho. Já na Agricultura Familiar Não Empresarial ocorre o contrário, os integrantes participam diretamente das discussões, atividades, da tomada de decisões, ou seja, participa de todas as ações que envolvem a propriedade rural, a terra é considerada como um bem da família que proporciona continuidade das atividades agrícolas e permanência do homem no campo, é um modelo tradicional e não visa ter lucro, para o autor esse modelo também é conhecido como Agricultura Camponesa.

Segundo Alentejano (1997), os agricultores familiares possuem as seguintes características: pequenas áreas de produção, solos pobres, policultura, dificuldade em acessar tecnologia moderna, condições ecológicas adversas, dificuldade em acessar crédito. Essas características começaram a ser ponto de pauta nos encontros,

congressos e reuniões dos MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, os quais eram coordenados pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Foi através dessas reivindicações que se formulou o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. A partir de então o termo Agricultura Familiar foi se fortalecendo, e, através do programa, os agricultores familiares passaram a ter acesso às políticas públicas voltadas para a sua categoria (CONTAG, 1995).

As políticas públicas criadas pelo Governo Federal, para serem executadas faz-se necessário ter a contrapartida dos Estados e Municípios. Dentre as políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar podemos destacar as seguintes: PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada no ano de 2003 com intuito de fortalecer a assistência técnica rural para agricultura familiar; o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos, também foi criado no ano de 2003, este incentiva e garante a comercialização de parte da produção familiar, PGF – Programa do Garantia Safra, este é um programa de transferência de renda, criado no ano de 2002, tem como objetivo garantir as condições mínimas de sobrevivência dos Agricultores Familiares quando há comprovação de perda de safra causada pela estiagem ou pelo excesso de chuvas (SILVA, 2008).

Recentemente foi determinado por meio da resolução nº 38/2009 que no mínimo 30% dos recursos destinados pelo FNDE para compra da merenda escolar deverá ser de origem da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural, proporcionando aos agricultores familiares mais um meio de comercialização dos seus produtos. Para o agricultor familiar ter acesso às políticas públicas foi criada a Lei nº 11.326/06, a qual define Agricultura Familiar como:

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o

manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (Brasil, Lei nº 11.326, 2006).

As políticas públicas que o Governo Federal criou exclusivamente para agricultura familiar fortaleceu bastante a categoria, porém, há desafios que precisam ser superados, tais como:

- A) Tecnologia - a que existe não é viável e os agricultores familiares tem que adaptar os sistemas de produção para poder usar determinadas máquinas e equipamentos;
- B) Acesso à informação – muito agricultores familiares que não recebem assessoria técnica adequada, não tem acesso à internet, jornais, rádio, TV, etc, isso limita e dificulta a evolução da produção agrícola;
- C) Organização do sistema de produção – os agricultores precisam ter cuidado com o solo, beneficiar os produtos, agregando valor, acessar os diversos tipos de mercados, tais atividades depende não somente do agricultor familiar, mas também do financiamento que o mesmo poderá acessar e assessoria técnica;
- D) Condições de armazenamento e logística também um desafio para os agricultores – a maioria não possui local adequado para armazenamento e estocagem, muito menos transporte para levar os produtos de um lugar para outro, os agricultores familiares acabam realizando fretes para transportar sua produção.

Quando existe organização, assessoria técnica, mão de obra qualificada, acesso ao crédito, uso de tecnologias adequadas para agregar valor à produção, boas condições de armazenamento, transporte e acesso as diversas formas de mercado consegue-se superar os desafios citados acima (PORTUGAL, 2004). O relatório da FAO/IICA diz que a agricultura familiar é um dos setores que mais desenvolve novas fontes de trabalho na América do Sul, no Brasil representa 77% dos empregos no setor agrícola (FAO/IICA, 2014). Isso ocorre devido à agricultura familiar obter características multifuncionais e pluriativa. Maluf e Carneiro (2003) destacaram os

seguintes aspectos de multifuncionalidade da agricultura familiar:

- 1) Reprodução socioeconômica das famílias: seus principais aspectos são as fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva;
- 2) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais: este campo abrange a produção para o autossustento familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico- produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção;
- 3) Manutenção do tecido social e cultural: esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social;
- 4) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem e a preservação da biodiversidade. (MALUF e CARNEIRO, 2003).

Os aspectos sobre pluriatividade estão relacionado no envolvimento de atividades não agrícolas geradoras de renda no âmbito da agricultura familiar, temos os seguintes exemplos: Agroindústria, Agroturismo, assalariado em atividades industriais ou de serviços, artesanato, etc, (Gavioli e Costa, 2011). De acordo com Rangel (2000), a população rural dedica uma parte do tempo trabalhando com a produção agrícola e a outra parte é destinada para produção de serviços ou bens não agrícola, os quais são: (construção e manutenção de vivendas, currais, ferramentas etc.), beneficiamento de produtos agrícolas (agroindústria, artesanato, fabricação de roupas de algodão etc.) e cuidados com a saúde e educação dos membros da família.

Os agricultores/as familiares são os principais responsáveis por produzir de maneira mais sustentável, diminuindo consideravelmente a agressão ao meio ambiente, protegendo o solo, as florestas, a água e produzindo produtos orgânicos/agroecológicos para sociedade.

2.4. Produção Agroecológica

O termo Agroecologia surgiu na década de 70 com intuito de resgatar os saberes ancestrais, estabelece uma base teórica para os diversos tipos de agricultura alternativa, que vinham sendo desenvolvidas desde 1920, tais como: permacultura, ecológica, orgânica, biodinâmica, natural, biológica, etc, trabalha com técnicas que envolvem questões sociais, políticas, culturais ambientais, econômicas e éticas, a agroecologia não se define com uma prática agrícola, mas, como uma ciência

(EMBRAPA, 2006).

Para Assis e Romeiro (2002), Agroecologia é a ciência que estuda o funcionamento dos agroecossistemas complexos, como também os suas diversas formas de interagir com o meio ambiente. Tem como princípio a conservação e ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas, por isso, diminui consideravelmente a dependência do uso de insumos externos, recicla energia e nutrientes naturais, e minimiza o desperdício de recursos durante o processo de produção.

Segundo Altieri (1989), a agroecologia é formada pela associação entre teoria e metodologia. Usa as diversas disciplinas científicas, para estudar as atividades agrícolas, do ponto de vista ecológico e adota os agroecossistemas como unidades de laboratório, tendo como objetivo o embasamento científico (princípios, conceitos e metodologias) que poderão ser usados na promoção da agricultura sustentável. No agroecossistema estudamos os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sociais e econômicas, proporcionando otimização da produção como um todo e enfatizando através das pesquisas, análises e interpretação da complexidade das relações que existe entre o ser humano, os cultivos, o solo, a água e os animais.

Para Gliessman (2000), o uso dos princípios, conceitos e metodologia da Ecologia para o manejo dos agroecossistemas deve respeitar o conhecimento empírico, integrando e interagindo com o conhecimento científico, construindo o saber social e ambiental, para isso é preciso adotar alguns critérios, tais como: uso de recursos renováveis, existente na unidade de produção, baixa entrada de insumos comerciais, respeitar e aceitar as condições ambientais locais, preservar a diversidade biológica e cultural, produzir alimentos para consumo interno, entre outros, desta forma se fortalece o processo de transição agroecológica.

Para construir um desenvolvimento rural sustentável seguro, é preciso não adotar apenas os princípios da agroecologia, mas também firmar-se nas dimensões básicas, as quais são: Ética, Cultural, Política, Ecológica, Econômica e Social (CAPORAL E COSTABEBER (2007). Machado (2014), acrescenta como dimensões da agroecologia: Escala, Energética, Administrativa, Técnica e Soberania Alimentar. De acordo com as dimensões a produção agroecológica não é fácil de ser trabalhada logo no início, é preciso passar pelo processo denominado de Transição Agroecológica. Para Caporal (2009), transição agroecológica é entendida como um

conjunto gradual e multilinear de mudanças, que vão acontecendo no dia a dia, se fortalecendo com o tempo, com as diversas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como meta a eliminação efetiva do uso de agroquímicos e as práticas agrícolas que provocam a escassez dos recursos naturais. É um processo contínuo, não havendo um prazo determinado para consolidar a forma de produção, dependerá do envolvimento dos atores, tanto na mudanças de atitudes e valores no meio em que vive. A agroecologia promove e resgata os direitos do cidadão, incentiva a produção de alimentos limpos, na quantidade suficiente para atender a população, fazendo uso de tecnologia limpas. Os técnicos que prestam assessoria deverão ter conhecimento sobre o uso dessas tecnologias, proporcionando a disseminação para outros agricultores, independentemente da escala de produção. Entender e trabalhar utilizando os princípios e das dimensões desta ciência será difícil para os profissionais, produtores e pesquisadores, tendo em vista que existe um confronto com a agricultura industrial. É complicado, pois nos últimos 50 anos, o ensino, a pesquisa, extensão agrícola e todos os meios de comunicação eram voltados para agricultura industrial, se baseava e idolatrava a –revolução verde, não se consegue mudar princípios com tanta facilidade e rapidez, é preciso que haja disposição entre os envolvidos, se permitindo estudar e adotar novas metodologias, novos saberes (MACHADO, 2014).

Segundo Machado (2014), as multinacionais publicam uma série de mentiras e falsidades sobre a produção agroecológica, tais como: Produção agroecológica mais cara; Pretende-se voltar à caverna, com a prática do uso da enxada; A agroecologia é menos produtiva; Não produz para a humanidade. Essa atitude acontece porque a comercialização de insumos sintéticos, sementes transgênicas, agrotóxicos e máquinas de grande porte estão sendo ameaçadas, é preciso usar a má fé pra manter esse comércio funcionando.

2.5 Produção Orgânica

A agricultura orgânica surgiu no início do século XX, quando o pesquisador Albert Howard fez uma viagem à Índia, onde observou as práticas agrícolas de compostagem e adubação orgânica realizada pelos camponeses da região, tem como princípios, o uso de: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de

micorrizas na saúde dos cultivos (HOWARD, 1940). Neste mesmo período, na França, Claude Aubert disseminou o conceito e as práticas agricultura biológica, nesta, a produção acontece usando rotação de cultura, esterco de animais, restos culturais, controle natural de pragas e doenças, o uso de produtos químicos são abolidos da produção. Aceleradores artificiais de crescimento ou engorda também podem ser usado na produção animal, só são permitidos o uso de vacinas obrigatórias, os cuidados com a saúde são através de tratamentos fitoterápicos, homeopatia e acupuntura.

Em 1924, o pesquisador Rudolf Steiner apresentou a agricultura biodinâmica, esta é baseada na Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico, proporcionando harmonia e equilíbrio da unidade de produção (terra, planta, animais e o homem) usando a influência do sol e da lua. A agricultura biodinâmica existe uma ligação entre as formas da matéria e da energia presente no ambiente natural, não se podem usar elementos externos, pois a propriedade agrícola é vista como organismo, um ser indivisível. No Japão, em 1935, Mokiti Okada lança a agricultura natural, acredita-se que há espírito e sentimento nos seres vivos (vegetal e animal), valoriza o solo como origem de vida e para mantê-lo fértil usa-se os recursos naturais disponíveis no ambiente de produção para adubar e fertilizar a terra. Seu principal objetivo é conseguir produtos que sejam parecidos com as condições originais do ecossistema. Em 1971, surge na Austrália o conceito da permacultura, difundido por Bill Mollison como um modelo de agricultura integrada com o ambiente, e usa-se as informações de direção do sol e do vento para demarcar a distribuição das plantas, essa prática é o que diferencia dos demais modelos de produção.

Para Fonseca (2009), no Brasil na década de 70 a produção orgânica era muito ligada ao modelo de agricultura alternativa, esse termo passou a receber várias críticas, manifestações durante os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa esses encontros eram coordenados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB, encontros nacionais onde se discutia a agricultura alternativa, momentos que envolvia estudantes e profissionais ligados à agricultura. Essas discussões ajudaram a institucionalizar o termo -orgânico. Em 1994, iniciou-se a discussão para a regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, sendo oficialmente reconhecida em maio de 1999, com a publicação da Instrução Normativa 007/99 do MAPA (BRASIL, 1999). Em dezembro de 2003, foi publicada a Lei

10.831, definindo e estabelecendo condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica, a Lei 10.831 define produção orgânica como:

todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não- renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003, artº 1).

Os termos como: agroecologia, permacultura, ecológica, natural, biodinâmica, biológico, são considerados como –orgânicos‖ após a institucionalização da Lei de Orgânicos do Brasil, (Brasil, 2003).

Segundo Fonseca (2009), em 2005 começaram as discussões sobre os princípios da agricultura orgânica, estes foram revisados pela IFOAM e aprovados em assembleia geral, oito áreas temáticas foram consideradas importantes para estruturação do sistema de produção, quatro princípios foram postos como universais, os quais são: Princípio da Saúde, Princípio da Ecologia, Princípio da Equidade e Princípio da Precaução. Estes princípios estão melhor descritos abaixo:

A) Princípio da Saúde – zelar pela saúde do solo, das plantas, dos animais, do homem e do planeta, através do manejo do solo, do processo de beneficiamento dos alimentos, da logística e do consumo. Produzir alimentos saudáveis é fundamental cuidar da saúde do solo, mantendo-o sadio, portanto, não se devem usar agroquímicos, aditivos, drogas veterinárias que possivelmente venha fazer mal as pessoas, aos animais, as plantas, ao agroecossistema;

B) Princípio da Ecologia – respeitar o tempo dos ciclos biológicos, deve-se utilizar a metodologia de reuso e reciclagem dos resíduos orgânicos. Conhecer as condições locais do ambiente, procurando se adequar e se adaptar a ecologia, aos costumes e a cultura da região, isso é extremamente importante para no processo de produção, seja ela a pesca, produção vegetal, animal, extrativismo, etc.

C) Princípio da equidade – envolve uma relação de igualdade, respeito,

justiça e gestão responsável e compartilhada entre todos aqueles que estiverem envolvidos na agricultura orgânica, ou seja, trabalhadores rurais, processadores, distribuidores, comerciantes e consumidores. Este princípio diz que: os recursos naturais e ambientais deverão ser usados de maneira ecologicamente sustentável e socialmente justa, permitindo que as gerações futuras possam usufruir destes recursos;

D) Princípio da precaução – os envolvidos devem prever os possíveis que poderão acontecer no sistema de produção elaborar planejamento, as atividades previstas deverão ser executadas de maneira responsável, consciente e cuidadosa, mantendo a eficiência e aumento da produtividade, evitando risco a harmonia dos agroecossistemas, portanto, cuidado ao adotar determinados planos de manejo e tecnologias.

3.LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

3.1 Assentamento Margarida Maria Alves I

O Assentamento Margarida Maria Alves I está localizado no município de Juarez Távora – Paraíba, tem uma área de 733 hectares, distribuídas para 36 famílias.. O município de Juarez Távora faz parte do Território do Vale do Paraíba, localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano, Microregião de Itabaiana, a uma distância de 88,5 km da Capital João Pessoa. Tem uma área de 70.841 km², possui 7.459 habitantes, destes 1.607 (21,54%) residem na zona rural. O município de Juarez Távora faz fronteira com os seguintes municípios: Alagoa Grande, Ingá, Mogeiro, Gurinhém e Serra Redonda. Veja o mapa de localização abaixo, (PTDRS, 2013).



Figura 1: Mapa o Território do Vale do Paraíba
Fonte: PTDRS Vale do Paraíba

O município está inserido em uma faixa de transição, clima tropical úmido e o clima semiárido, com período chuvoso iniciando-se de fevereiro a março prolongando-se até agosto, o período de estiagem vai de 5 a 6 meses. Possui uma vegetação intermediária, entre caatinga e floresta tropical. As espécies mais encontradas são: aroeira (*Astronium fraxinifolium*), baraúna (*Schinopsis brasiliensis*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), jurema (*Mimosa arenosa*), marmeleiro (*Croton sonderianus*), quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*). Os principais tipos de solos são: Luvisolos, Neossolos regolíticos, Argissolos, Nitossolos e Latossolos (PTDRS, 2013).

A economia do assentamento em questão é baseada na agricultura de sequeiro, onde se produz: milho, feijão, algodão, fava, palma, capim. Há também a criação de pequenos animais: galinha, ovinos, caprinos e suínos, existe também a criação de animais de grande porte, sendo esta é em menor quantidade. A fonte de abastecimento de água é através de pequenos açudes, barreiros, poços, caixas d'água, cisternas, barragens subterrâneas (IBGE, 2010).

3.2 Assentamento Queimadas

O Assentamento Queimadas está localizado município de Remígio, estado da Paraíba. Tem uma área de 1900 ha, distribuídas para 100 famílias. O município de Remígio faz parte do Território da Borborema, Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Cutimataú Ocidental, encontra-se a uma distância de 157 km da capital João Pessoa, possui uma área de 178.064 Km², tendo uma população de 17.581 habitantes, destes 4.628 (26,32%) residem na zona rural. O município de Remígio faz fronteira com os seguintes municípios: Areia, Arara, Algodão de Jandaíra e Esperança, conforme mostra o mapa de localização a seguir (IBGE, 2010).

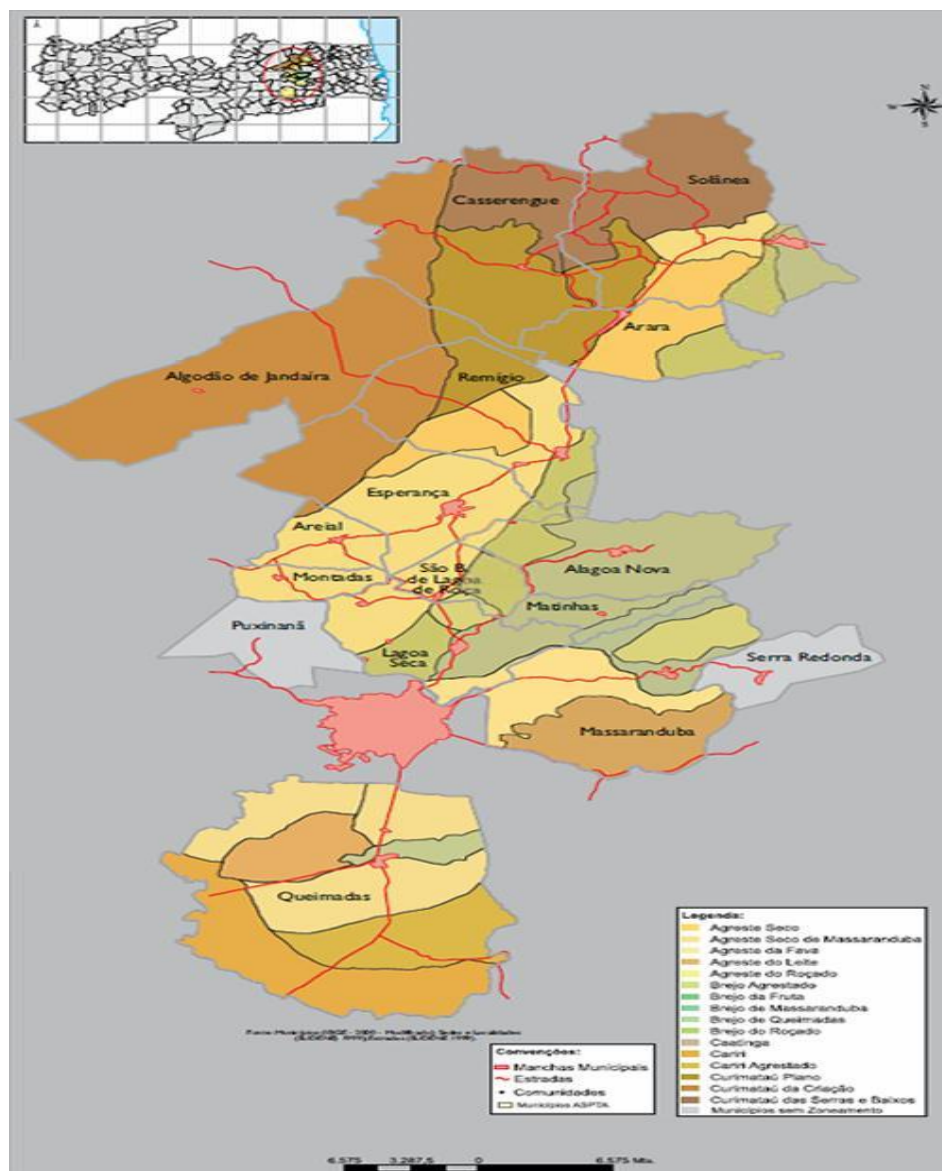


Figura 2: Território da Borborema

Fonte: PTDRS Borborema

O clima é quente e úmido com chuvas de outono/inverno, porém à medida que avança para o interior as precipitações caem, atingindo médias na faixa de 800 a 1000 mm. Período chuvoso é de fevereiro à março, podendo prolongar até o mês de agosto, o período de estiagem , geralmente são de 5 à 6 meses, temperaturas variam de 15 e 22°C.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com agricultores e agricultoras familiares do Assentamento Queimadas e Assentamento Margarida Maria Alves I, localizados respectivamente nos municípios de Remígio e Juarez Távora - Paraíba, contamos com a participação de 07 (sete) agricultores/as, sendo 03 (três) do Assentamento Queimadas e 04 (quatro) do Assentamento Margarida Maria Alves I.

A metodologia de trabalho fundamentou-se no método qualitativo quantitativo com a realização de visitas de campo, registros fotográficos, pesquisa nos documentos constitucionais da Rede Borborema de Agroecologia (estatuto social, regimento interno, livros de ata) participação das reuniões/encontros promovidos pela rede, conversas informais, aplicação de questionário previamente estruturado com perguntas semiabertas e entrevistas com os agricultores e agricultoras familiares. O questionário foi dividido em três partes, a primeira, foi organizada para a coleta de informações gerais, identificação da propriedade e produção de origem animal e vegetal, a segunda para informações sobre o processo de certificação orgânica e comercialização dos produtos, e a terceira parte quis saber sobre o processo de certificação participativa da RBA, segue em anexo o questionário.

As entrevistas foram realizadas no momento de aplicação dos questionários, e foram gravadas, permitindo registrar todos os comentários, falas e observações dos/as agricultores/as, proporcionando um momento de liberdade, onde puderam explicar minuciosamente as atividades desenvolvidas nos assentamentos. Alguns fizeram um resgate histórico da produção orgânica/agroecológica, falaram dos avanços, desafios e a importância do processo de certificação orgânica participativa para os assentamentos. Todas as entrevistas foram transcritas para um editor de texto, já as informações adquiridas por meio da aplicação dos questionários foram tabuladas em planilhas de excel, gerando gráficos para os resultados e discussões.



Figura 3: Entrevistando o agricultor José Rivaldo - Assent. Queimadas Remígio/PB
Foto: Izabel Cristina

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Informações gerais das áreas de produção

A pesquisa foi realizada no Assentamento Queimadas e Assentamento Margarida Maria Alves I, localizados respectivamente nos municípios de Remígio e Juarez Távora, estado da Paraíba. Participaram do trabalho sete agricultores/as familiares, assentados/as da Reforma Agrária, sendo duas mulheres e cinco homens. Apesar das mulheres participarem e conhecerem todo o sistema de produção da propriedade, a pesquisa teve uma maior participação dos homens. Em ambos os assentamentos quem discute produção agrícola, preços dos produtos, comercialização, apresenta a propriedade para visitantes, acompanha processo de inspeção, participam dos encontros/reuniões geralmente são os homens. Infelizmente esse resultado demonstra que é necessário fortalecer as discussões, sobre gênero nos assentamentos, com intuito de garantir uma maior participação das mulheres durante a

produção agrícola, no processo de comercialização dos produtos, nos encontros/reuniões, nos momentos de discussão e formação realizados nos assentamentos.

Os gráficos abaixo apresentam informações sobre tamanhos dos lotes, diversidade da produção vegetal e animal dos/as agricultores familiares. O gráfico 1 apresenta a variação do tamanho das áreas de produção dos agricultores familiares que participaram da pesquisa.

Os lotes dos agricultores variam entre 5,0 à 17,0 hectares, se enquadrando como agricultor familiar, um dos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define agricultor familiar como aquele que possui até 4 módulos fiscais.

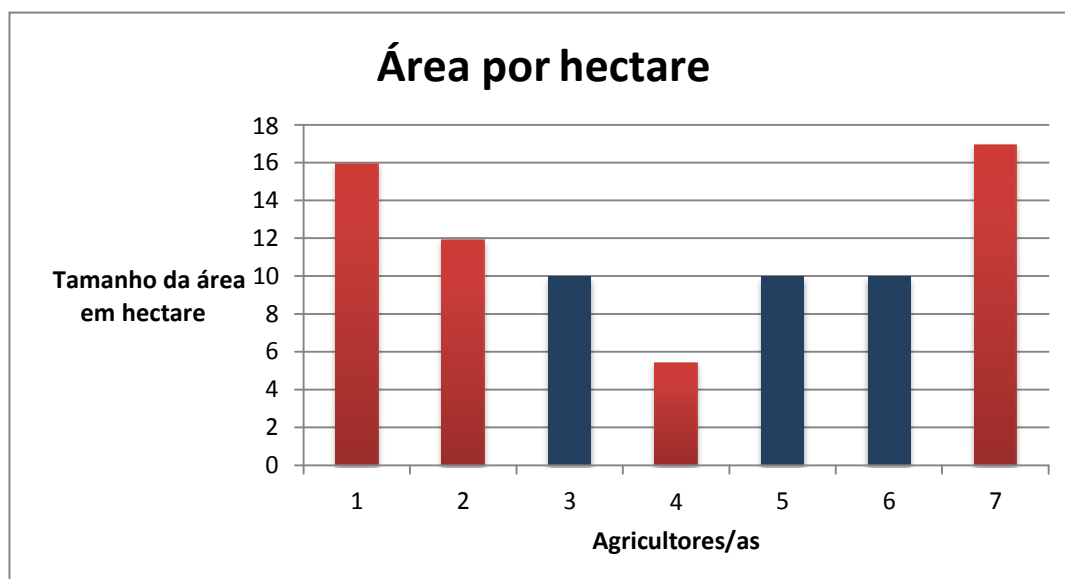


Gráfico 1: Tamanho das áreas de produção

Todas as famílias são assentadas da reforma agrária, nenhum dos lotes atinge área de um módulo fiscal de seus municípios, tendo em vista que o módulo fiscal do município de Juarez Távora são 35,0 ha e Remígio 18,0 ha (INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/Nº 20, 1980).

As áreas de coloração vermelha são os lotes referentes ao Assentamento Margarida Maria Alves I e áreas de coloração azul são os lotes do Assentamento Queimadas. Percebe-se que existem variações no tamanho dos lotes do Assentamento Margarida Maria Alves I, chama atenção a área de 5,0 ha, segundo o presidente da associação, os donos dessa área eram um casal de idosos aposentados, que no momento da divisão dos lotes não tiveram os mesmos

direitos que as demais famílias assentadas, um outro problema relatado pelo representante do assentamento em relação ao tamanho dos lotes foi erro durante a medição do terreno, as famílias só perceberam as diferenças das medições existentes entre as propriedades, quando receberam a planta do INCRA, como já haviam dividido e cercado todos os lotes, resolveram não alterar o tamanho das áreas, todas essas decisões foram registradas em atas, apresentadas e validadas pelo INCRA.

Já o lote do Assentamento Queimadas foram divididos de maneira igualitária, são famílias assentadas, cada família possui 10 ha, existe ainda 500 hectares de área coletiva, cada assentado/a possui 5 ha, dessa área, geralmente usam para o cultivo de palma forrageira e criação de pequenos animais. O Assentamento Queimadas possui 400 ha hectare de Reserva Legal.

A medição de uma propriedade é muito importante, principalmente quando se trata de áreas de assentamentos, os tamanhos dos lotes definem se o beneficiário é agricultor familiar ou não, determina a participação em determinados programas voltados para agricultura familiar, como também delimita a produtividades e diversidade existente nas propriedades rurais, portanto, é preciso que o técnico responsável pela medição acompanhe com muito cuidado e atenção todo o processo de medição das terras, proporcionando direitos iguais entre os beneficiários e evitando desavenças desnecessárias entre as famílias assentadas.

O Gráfico 2 apresenta a diversidade da produção vegetal existente nos lotes dos agricultores familiares, os resultados apresentam o número de agricultores e os produtos que são cultivados em seus lotes, existe apenas um agricultor familiar que cultiva hortaliças, sua propriedade há diversas tecnologias de convivência com o semiárido, tais como: barragem subterrânea, cisterna calçadão, projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e o uso dessas tecnologias permite produzir alimentos durante todo ano. Os demais agricultores trabalham com agricultura de sequeiro e por isso a diversidade da produção vegetal é restrita, durante as entrevistas enfatizaram que se tivessem água suficiente, teria mais diversidade de produtos em seus lotes e poderiam acessar outros mercados.

A produção de feijão, milho, jerimum, palma e algodão são utilizadas pela maioria dos agricultores, estas duas últimas são as mais resistentes a região semiárida, necessitam de água apenas na fase inicial do ciclo, para os agricultores o cultivo da palma e do algodão é fundamental na melhoria da renda da família. O algodão é

descaroçado, sendo comercializado apenas a pluma, o caroço retorna para agricultor, uma parte vai para o banco de sementes, e a outra para alimentação dos animais. A produção da palma também é para alimentação dos animais, essa é uma das principais estratégias para manter os animais durante o período de estiagem.

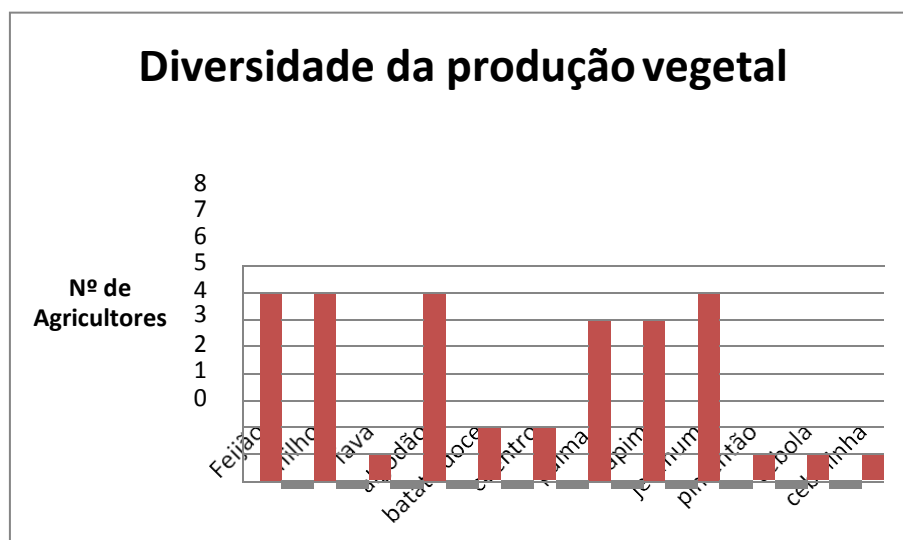


Gráfico 2: Diversidade da produção vegetal

Os alimentos são destinados, prioritariamente, para consumo familiar, e o excedente é comercializado ao atravessador, na feira livre, na comunidade e para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, já o algodão é comercializado para empresas têxteis. Atualmente está sendo comercializado para uma empresa da Paraíba, mas o produto já foi exportado para Inglaterra e França.

O gráfico 3 apresenta a diversidade da criação animal existente nos lotes dos agricultores familiares. A criação de aves é comum para todos os entrevistados, apenas uma família não trabalha com a criação de bovinos, os caprinos, ovinos e equinos existe uma variação de três quatro famílias que trabalham com a criação desses animais. Segundo os agricultores essa produção geralmente é para o consumo familiar, trabalho com tração animal (boi de cultivador), transporte e, por último, comércio. Os animais geralmente são comercializados na feira livre, ao atravessador ou no próprio assentamento, o dinheiro arrecadado faz parte da renda familiar.

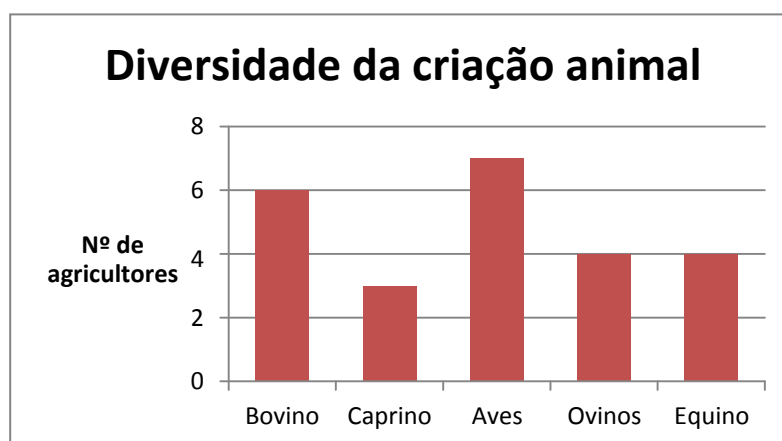


Gráfico 3: Diversidade da produção animal

Diversificar produção agrícola e fortalecer a criação de animais de pequenos porte são estratégias de melhorias das condições de vida dos agricultores familiares, pois mantém a família no campo, possibilitando-a ter produção durante todo o ano, proporcionando acesso a diversos mercados, podendo ser interno ou externo. O acesso às tecnologias de convivência com o semiárido é uma forma de fortalecer a produção agrícola e a criação dos animais de pequeno porte de ambos os assentamentos. Para isso é preciso que todos os agricultores familiares que estão na região semiárida tenham acesso às essas tecnologias, principalmente aqueles que estão nas áreas de assentamentos, pois possuem espaço adequado para a implantação das tecnologias, fortalecendo desta forma produção orgânica/agroecológica nos assentamentos rurais. As fotos abaixo ilustram a produção e criação dos animais nos assentamentos.



Figura 4: Tração animal na produção de



Figura5: Diversidade da produção do

agricultor Algodão- Assent. Margarida Maria Alves I
Queimadas
Foto: Maria Amália

José Rivaldo – Assent.

Foto: Izabel Cristina

5.2 Impressões sobre o processo de certificação participativa segundo os agricultores

Os agricultores familiares certificam suas áreas de produção como orgânica desde o ano de 2006, por meio da contratação do IBD – Instituto Biodinâmico, para isso os agricultores tinham que ter uma entidade guarda chuva, para representa-los no processo de certificação. Durante o período de 2006 à 2010 a entidade guarda chuva era a empresa que comprava os produtos dos agricultores familiares, os custos com a certificação eram descontados nos preços dos produtos, desta forma os agricultores tinham que comercializar seus produtos apenas para essa empresa, pois era ela que detinha o selo de orgânicos.

A partir de 2011 os agricultores sedentos por liberdade e autonomia, resolveram custear a certificação, apresentando uma nova entidade guarda chuva e realizando o procedimento legal de contratação junto ao IBD. Para baratear os custos com a certificação, a entidade guarda chuva deveria formar um SCI – Sistema de Controle Interno 100% operante. O serviço do SCI é extremamente importante, pois é através dele que se preenchem cadastros de agricultores, realizam visitas de inspeção, elaboram documentos e tabulam todos dados e informações solicitadas nos documentos padrão do IBD. O trabalho do IBD seria apenas analisar as informações disponibilizadas pelo SCI, realizar uma visita de inspeção e validá-las elaborando um relatório e dando o parecer final de avaliação da conformidade orgânica. O SCI era formado por técnicos, estudantes/estagiários das entidades de assessoria dos agricultores.

Mesmo tendo um SCI 100% operante, o processo se tornava complexo, demorado e bastante oneroso para os agricultores, pois além de ter que cumprir com o pagamento previsto no contrato de prestação de serviço, os agricultores teriam que se responsabilizar pelas despesas do inspetor do IBD, pagando passagens aéreas, transporte terrestre para as visitas nas áreas de produção, hospedagem e alimentação. Para que o agricultor não tivesse tanto gasto, as entidades de assessoria, neste caso a ONG ARRIBAÇÃ – Associação de Apoio à Política de Melhoria de Qualidade de Vida, Convivência com a seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar, realizava e custeava todo o trabalho do SCI, e todas as despesas do inspetor do IBD.

Após o resultado final do processo de certificação, a entidade guarda chuva ainda pagava pela emissão dos CTC - Certificados de Transação Comercial, o qual era emitido pelo IBD, comprovando que o produto possuía selo de orgânicos do instituto, ou seja, para cada empresa que se vende o produto, é preciso pagar pela emissão do CTC.

Para os agricultores e as entidades de assessoria, esse processo de avaliação de conformidade orgânica não era ideal para agricultura familiar, pois, gerava discussões extremamente delicadas, desestimulava os agricultores a participar do mercado orgânico, não promovia autonomia das organizações dos agricultores familiares. No início de 2013, com intuito de fortalecer a autonomia dos agricultores familiares no processo de certificação orgânica, a ONG Arribaça, a EMBRAPA e Prefeitura Municipal de Remígio apresentaram para os agricultores o processo de certificação orgânica participativa, o qual é validado pelo MAPA. Para isso é preciso constituir um OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade e SPG – Sistema Participativo de Garantia para iniciar o procedimento legal de certificação orgânica via MAPA.

Foi através dessas discussões que se fundou a Rede Borborema de Agroecologia, também foi formado o Sistema Participativo de Garantia da RBA, o qual é composto por quatro comissões: Comissão de Avaliação da Conformidade, Comissão de Recursos, Comissão Técnica e Comitê de Ética.

Nos tópicos seguintes serão apresentados às impressões dos agricultores familiares quanto à importância, à participação, as dificuldades e os avanços que obtiveram com o processo de implantação da RBA e Certificação Orgânica Participativa. Segue abaixo registros fotográficos das atividades realizadas e acompanhadas durante a pesquisa.



Figura 6: Reunião da RBA no Assent.
Assent. Margarida M^a Alves I
Foto: Walmir Bezerra



Figura 7: Visita de intercâmbio no
Margarida Maria Alves I
Foto: Walmir Bezerra

5.2.1 Importância da Rede Borborema de Agroecologia

Para os agricultores e agricultoras familiares a fundação da Rede Borborema de Agroecologia, representa liberdade e autonomia, pois, os mesmos não precisarão contratar uma empresa de fora para atestar a conformidade orgânica das suas áreas de produção. As inspeções serão realizadas pelos próprios agricultores, permitindo maior credibilidade no processo de certificação orgânica e diminuição com os custos da certificação. A contratação de uma empresa é bastante onerosa e burocrática, com a criação da Rede Borborema de Agroecologia não será necessário trabalhar com empresas terceirizadas, haverá diminuição considerável com os custos para certificação, fortalecerá o trabalho coletivo, envolvendo todos/as agricultores familiares no processo certificação orgânica,; irão atestar e emitir o selo de avaliação da conformidade orgânica próprio, o qual é validado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e reconhecido em todo território nacional. Segundo relato da Sr^a Margarida Alves e do Sr^o Alexandre Almeida,

–(...) acho que o principal é a nossa liberdade, assim porque a gente vai certificar que são duas comunidades no caso, vamos uma fiscalizar a outra, não vai ter um custo como tinha antigamente que era do IBD que era um processo muito caro e também vai ter um incentivo um objetivo também é pra, um incentivo para que o agricultor plante mais a quantidade de agricultor plante mais algodão porque tem a questão da certificação aqui pra pagar muitos desiste de plantar o algodão e se essa certificação a gente tiver acesso a ela de graça pelo Ministério da Agricultura com certeza outros agricultor vão plantar mais (Margarida Alves - Assentamento Margarida Maria

Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

A importância é muito grande porque, quando a gente pagava o IBD pra certificar era uma parte do nosso ganho que ia pra essa empresa, e hoje a gente certificando assim, por essa rede, essa associação a gente vai agregar mais valor no nosso produto e também ter uma garantia assim da gente mesmo ter um certificado, ter um selo comprovando que a certificação, fica assim melhor intê da gente repassar pra empresas que tão comprando o produto. (Alexandre Almeida - Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa)

Um outro ponto importante é a troca de experiência, de conhecimento que a Rede Borborema de Agroecologia vem estabelecendo entre os agricultores durante a realização de suas atividades, como mostra o comentário do agricultor Joselito,

–(...) é um interesse bom porque a gente ver o que os agricultores de lá tem pra mostrar pra gente, tem coisa melhor, porque quando chegar aqui nós vamos mostrar do mesmo jeito a eles. É uma troca de parceria(...). Importante porque, assim todo mundo é uma família aqui dentro e se reúne todo mundo, de coletivo, de parceria tudinho, e, vai crescendo cada dia que se passa vai só crescer. (Agricultor do Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa)

Os agricultores também consideram como importante formação da Rede Borborema de Agroecologia porque será agregado valor nas áreas de produção orgânica/agroecológica, tendo maior facilidade em comercializar a diversidade de produtos existentes no lote. Conforme é relatado pela agricultora Adivana Aguiar,

(...) além de agregar valor ao produto não é, a gente vai tá livre pra vender a quem quiser e não vai ser só o algodão que vai ser certificado, tem os outros produtos, tem: o milho o feijão, os produtos que você tiver no seu lote (...) vai ser um agricultor fiscalizando o outro, você está no dia a dia, você está ali vendo, num vai ser só você chegar e colher o material, você está vendo. E não vai ser só uma pessoa que vai chegar e dizer não é isso, vai ser várias pessoas que vai fiscalizar, que vai orientar. (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa)

É importante porque possibilita acesso à informação, construção do conhecimento que ocorre por meio das visitas de intercâmbios, visitas de verificação da conformidade, dias de campo, conversas informais, existentes durante execução das atividades Rede Borborema de Agroecologia, como mostra a fala do agricultor José Rivaldo,

Mais informação com o outro não é, que a gente se ajunta os daqui com os de lá de Juarez. Aí o cabra quando vai pra lá pega uma informação diferente né, mas quando chega aqui tem outra, aí o caba vai trabalhar em conjunto não é. É bom porque você aprende coisa que você não sabe, eu cheguei lá vi uns cabra trabalhando com boi sem... Oxe! Que negócio é esse? Já mudou o negócio lá. (...) eles num planta o algodão assim como nós planta, é só mais algodão, nós aqui já aproveita né que é pra fazer o feijão, aqui sendo um ano bom, o cabra foi o que fez dez saco de feijão ali dentro(...) (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

Na fala desse agricultor fica evidente que o processo permite troca de conhecimentos e a análise das práticas realizadas em seu assentamento com as do assentamento visitado. Esse fato chama a atenção para o processo aprendizagem, agricultor a agricultor, a partir do qual podem ser gerados novos conhecimento e aprimoramento das práticas produtivas adotadas dentro dos componentes da rede. Nessa fala ele comenta, por exemplo, a prática do consórcio que permite utilizar a área destinada a produção de algodão também para a produção de feijão. O uso de consórcio é uma estratégia muito adotada entre agricultores familiares, pois permite maximizar o uso do solo e da mão de obra possibilitando que simultaneamente obtenham dois ou mais produtos cultivados simultaneamente ou em sucessão em uma mesma área. Essa é uma da prática que caracteriza o manejo dos sistemas agroecológicos de produção.

5.2.2 Participação dos agricultores no processo de certificação orgânica

Existem critérios elaborados pelos próprios agricultores e agricultoras, os quais estão registrados nos documentos de constituição da Rede Borborema de Agroecologia que determina a participação daqueles que tiverem interesse em fazer parte do processo de certificação orgânica participativa, para isso o agricultor deve ser apresentado por outro agricultor que já faz parte da rede, sua área de produção é acompanhada e avaliada pelo grupo, estando nos conformes de produção orgânica/agroecológica sua participação poderá ser aprovada em assembleia. Segundo o comentário do agricultor Alexandre Almeida,

(...) uma pessoa que a gente não tem o conhecimento daquela pessoa, como ele trabalha, ele vai ter uma avaliação né, uma avaliação do grupo, e ter um acompanhamento na propriedade dele pra saber se realmente ele tem o trabalho correto, como a associação pede. (...) os critérios primeiramente é ter que vim participar da reunião, é a

primeira coisa pra participar, entender como é o trabalho e ter um acompanhamento principalmente dessas pessoa que já acompanha essa certificação e ver como que é o trabalho. Ter um relatório assim do tempo que ele trabalha, como ele trabalha e dependendo do trabalho dele, se ele usa veneno, ele vai ter um tempo pra poder ser certificado. (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

De acordo com o Estatuto Social, Regimento Interno e no Manual de Procedimentos Operacionais é necessário participar de todas as atividades da associação, seguir todas as orientações previstas nos documentos de constituição da Rede Borborema de Agroecologia, segue em anexos os referidos documentos. Os critérios de participação estão descritos nestes documentos e devem ser seguidos. O agricultor que não se enquadrar inicialmente no processo de produção orgânica/agroecológica e que apresentar interesse de participar do processo de certificação participativa, passará pelo o processo de transição agroecológica.

Foram realizadas visitas de verificação, reuniões, oficinas, visitas de intercâmbio, alguns agricultores do assentamento conseguem participar de todas essas atividades, já outros não, devido à distancia que existem entre os assentamentos, precisam de cuidar da lavoura, da casa e dos filhos, conforme o relato das agricultoras Adivana Aguiar e Margarida Alves.

(...) nesse ultimo ano eu fiquei um pouco parada, porque como estou com bebê novinho né, tive bebê aí eu tive que ficar um pouco afastada, eu participei de quase todas. (Agricultoras Adivana Aguiar - Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

Já fui participar. No ano de 2014 foi que teve umas lá que eu não fui, mas eu já participei. (Margarida Alves - Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

A maioria dos agricultores não consegue participar de todas as atividades do processo de certificação orgânica participativa, principalmente aquelas que acontecem na cidade Remígio, devido à distância que existe entre os municípios, geralmente não conseguem carro para transportar todos os/as agricultores/as, de acordo com a fala do agricultor Aluízio Rodrigues,

É porque é aquele problema de Remígio é carro né, aí quando arruma

o carro é pequenininho não dá pra gente ir (...) só dá pra ir o presidente e mais uma pessoa ou duas né, a gente num pode ir. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da Pesquisa).

Já outros agricultores conseguem participar da maioria das atividades, como relata o Srº Joselito,

(...) só aquela que não pude ir, só uma. Aquela que o carro não pôde ir, mas até agora não, quando tem sempre a gente vai lá. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).



Figura 8: Agricultores do Assent. Queimadas visitando os lotes dos agricultores do Assent. Margarida Maria Alves I, Juarez Távora/PB
Foto: Walmir Bezerra

De acordo com os documentos de constituição da rede percebe-se que existe uma série de restrições para os/as agricultores familiares se associarem e fazerem parte do processo de certificação participativa, isso demonstra que ambos estão preocupados com a credibilidade do Sistema Participativo de Garantia e que não permitiram a inserção de pessoas sem haja uma análise e aprovação de todos/as que fazem parte da rede.

Um outro ponto bastante destacado nos comentários dos/as agricultores é em relação a participação das atividades, alguns falam que conseguem acompanhar todas as atividades, já outros não conseguem. Para que a rede e suas ações sejam fortalecidas é importante que todos/as conheçam e participem de todos os encontros, reuniões, momentos de discussões, das visitas de intercâmbio, das visitas de verificação, contribuindo com os pareceres do SPG, desta forma a Rede Borborema de Agroecologia se tornará cada vez mais autônoma, garantindo estabilidade e

credibilidade na execução de seus processos de certificação orgânica/agroecológica.

5.2.3 Dificuldades no processo de certificação participativa

Quando se pretende trabalhar com implantação de novos processos, ações, atividades, nos deparamos com as dificuldades iniciais, o processo de certificação participativa foi extremamente delicado de se implantar, e de realizar as atividades previstas nos documentos de constituição, e instruções normativas do MAPA. Os agricultores tinham receio de se envolver, de não conseguir acompanhar a metodologia de trabalho. Os agricultores Alexandre Almeida e José Rivaldo citam essas dificuldades em seus comentários,

As dificuldades assim, é por ser uma coisa boa assim, as pessoas fica assim é, todo mundo tem medo de assumir uma associação dessa, porque tem uma grande responsabilidade, porque a gente tem o compromisso, você tem um compromisso. Não é todo mundo que vai poder ser sócio de uma associação dessa, porque você não vai poder botar qualquer pessoa pra ser sócio, porque uma pessoa assim que não tem compromisso com agroecologia, com o trabalho orgânico pode prejudicar toda associação. (Alexandre Almeida - Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

(...) juntar as ideias de um com a do outro, aí foi difícil .Será que dá certo? É porque tem cabra que é desconfiado, rapaz eu tô dentro, o que der eu topo. (José Rivaldo - Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

A agricultora Margarida Alves também enfatizou que é bastante complicado financiar as atividades do processo de certificação participativa, porém, essas dificuldades poderão ser solucionadas com o apoio das associações de ambos os assentamentos, estas associações podem dá cobertura as essas atividades, conforme sua fala,

Dá uma cobertura, porque através de outro trabalho aí protege esse no caso né e aqui também devido a esse algodão nós temos um projeto que hoje vai beneficiar muito e ajudar essa nova demanda né que é a da atividade da agroecologia, porque a gente foi contemplado com um carro, e no caso pra transportar o agricultor aí no caso só vai precisar de um combustível fica mais fácil né. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

A Rede Borborema de Agroecologia foi criada tendo como principal objetivo

trabalhar com o processo de certificação orgânica participativa, foi fundada em julho de 2013, sua regularização perante a Receita Federal e a solicitação de credenciamento junto ao MAPA foi efetivada após um ano de sua fundação. Os agricultores não possuem condições financeiras para custear os encontros e assim poder realizar as discussões sobre legalização do processo de certificação orgânica participativa. A distância que existem entre as áreas de produção encarecem as atividades, prolongando a execução das mesmas, o processo só começou a ser executado porque receberam o apoio da Prefeitura Municipal de Remígio e da ARRIBAÇÃ. A Sr^a Adviana Aguiar e o Sr^o Aluízio Rodrigues relataram essas dificuldades durante a participação da pesquisa,

(...) sair de um assentamento pra outro do outro pra cá né, sai caro, agora não porque a gente tem ajuda né, como vocês sabe da prefeitura, mas se for pra gente bancar do bolso vai sair caro, um pouco eu acho. (...) daqui pra Juarez Távora, se você for pagar mesmo almoço, se for pagar, só que não se compara a que a gente pagava antes. (Adviana Aguiar - Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

A dificuldade maior no mundo é carro e dinheiro (...) fica caro né, quando é pra ser aqui, tudo bem, mas sendo pra fora, fica mais difícil um pouco né. (Aluízio Rodrigues - Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

Alguns agricultores gostam e acham interessantes as atividades realizadas, porém o processo de Certificação Orgânica Participativa exige que sejam elaborados documentos, relatórios, cadastros das áreas de produção, para isso é preciso saber ler e escrever, alguns agricultores sabem escrever apenas o nome e isso é considerado como uma das dificuldades enfrentadas por eles/elas, por isso começaram a envolver seus filhos e filhas no processo de certificação, como podemos ver no comentário do agricultor José Rivaldo,

-É complicado, se cabra num tiver coragem num enfrenta não. O mais ruim pra mim sabe o que é? É que eu não sei escrever, aí quando eu vou, tem que levar uma menina minha, ela que encaminha tudo né. (...) Aí porque Suzana quando tava em casa era bom demais, aí eu ia mais ela, mas, qualquer coisa eu ligo pra ela, ela dá a informação e eu entrando na linha né. (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

O agricultor Joselito também comenta sobre a importância da participação dos/as jovens, filhos dos agricultores familiares,

Eu não sei ler, mas, tem meus filhos que sabe (...) se eu soubesse ler eu fazia, mas eu sei ler não. (...) É que num dá trabalho não (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).



Figura 9: Jovens realizando a visita de verificação no Assent. Margarida M^a Alves
Foto: Walmir Bezerra

A burocracia também é umas das dificuldades relatadas pelos agricultores e agricultoras, a documentação, os relatórios, procedimento legal de credenciamento junto ao MAPA exige muito conhecimento técnico, isso é um problema, pois segundo a legislação do MAPA os agricultores e agricultoras terão que participar e realizar todo o processo de certificação participativa, os técnicos podem assessorar todo o processo, desde que envolva diretamente os atores principais, que são os agricultores, conforme o comentário do Sr^o Luíz Rodrigues,

Pra gente a leitura é muito pouca, tudo fica meio difícil pra gente, se não for o pessoal que trabalha junto com a gente não vai. Não sai, porque eu agradeço a presença do pessoal que trabalha com a gente. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

Mesmo nas diversas dificuldades apresentadas pelos/as agricultores familiares em relação à distância das áreas de assentamentos, a situação financeira da

rede, o não saber e ler escrever, a complexidade por eles/as apresentadas em relação ao processo de certificação participativa, entre outros, é interessante perceber que nenhum mencionou em desistir do processo, muito pelo contrário, apresentaram soluções para resolver os problemas que ambos estavam passando, isso mostra que todos/as querem e que estão se esforçando para que o Sistema Participativo de Garantia seja aprovado. Outro destaque louvável nas falas dos agricultores/as é a permissão da participação de seus filhos e filhas nas atividades da Rede Borborema de Agroecologia, essa é uma oportunidade de fortalecer a sucessão da agricultura em ambos os assentamentos, mostrando para os jovens a importância da produção orgânica/agroecológica e incentivando seu envolvimento em todas as atividades locais, proporcionando à construção e fortalecimento do projeto de vida da juventude no meio rural.

5.2.4 Avanços do processo de certificação participativa

Apesar dos desafios descritos pelos agricultores durante o processo de legalização da certificação participativa, eles identificaram avanços considerados muito importantes, conforme o relato do Srº Alexandre Almeida,

(...) os avanços começou desde o primeiro dia que a gente começou a fazer a primeira reunião né, da rede, a gente já fez várias reuniões assim que o povo vem participando vem dando certo e também teve já —intél inspeção de uma comunidade com a outra certificando as propriedades. Eu acho que os avanços já tá bem adiantado, é o registro dessa associação, já foi registrada, assim eu acho que já tá bem próximo de ter finalmente uma realização muito boa pra comunidade. (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

O processo de certificação e a solicitação de credenciamento junto ao MAPA são considerados como um grande avanço. Apesar do processo de certificação ainda não ter sido concluído, pois, os agricultores e agricultoras estão esperando o parecer final do MAPA, para a Srª Margarida Alves, o ponta pé inicial foi dado e avalia essa iniciativa de maneira muito positiva, para ela esta ação beneficiará demais os agricultores familiares, conforme o comentário descrito abaixo:

É, mais é um avanço porque a gente demos o primeiro passo, fomos buscar uma coisa que vai beneficiar demais a gente (...) o nosso objetivo ainda não foi concluído, mas, pra mim o avanço é esse. De ter criado ela com a intenção de beneficiar né o pequeno agricultor. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).

O processo de certificação participativa deixa os agricultores mais animados em relação à avaliação da conformidade orgânica das áreas de produção, pois não se terá tanto custo financeiro, não será necessário contratar uma empresa terceirizada, os agricultores participaram e executaram todo o processo de avaliação da conformidade orgânica, como mostra o depoimento da agricultora Adivana Aguiar ,

Eu acho que os agricultores ficaram mais animados, em saber que não vai ter aquele custo alto, que eles não vão ter que pagar de certificação né, que vai ser um processo que eles vão tá de dentro. (Assentamento Queimadas, Remígio, 2015. Dados da pesquisa).

Um outro avanço considerado extremamente importante é o trabalho coletivo que vem sendo realizado entre os assentamentos, segundo o agricultor Luíz Rodrigues quando se trabalha em parceria, com união, consegue-se benefício com mais facilidade e rapidez.

Os pontos mais melhor é o seguinte: é porque a gente tendo esse trabalho da gente unido é bom, é um ponto muito bom porque a gente consegue as coisa mais fácil, isso é um ponto bem bom pra gente, e nós não tendo a união também fica difícil pra gente ajeitar as coisa, arrumar as coisa, conseguir as coisa. (Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora, 2015. Dados da pesquisa).



Figura 10: Reunião da Rede Borborema de Agroecologia
Foto: Maria Amália

Os comentários dos agricultores e agricultoras nesse último item são fortes e consistentes, demonstram a certeza na tomada de decisão, na forma de organização, mostra que o desejo de conquista da autonomia os incentiva a trabalhar em parceria, em união. É importante saber que os agricultores familiares buscam desenvolver suas atividades de maneira coletiva, é importante perceber que isso já vem acontecendo em ambos os assentamentos e que o Sistema Participativo de Garantia só veio para estreitar e fortalecer ainda mais as relações entre os agricultores/as dos assentamentos Queimadas e Margarida Maria Alves I.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa mostrou que os agricultores familiares se interessam pelo processo de certificação orgânica, não apenas para legitimar que sua produção é orgânica, escolheram esse sistema de produção porque reconhecem os benefícios que estão proporcionando ao meio ambiente e, principalmente, às suas famílias. O interesse principal em certificar as áreas é para agregar valor a sua produção, e assim acessar o mercado de produtos orgânicos. O selo de orgânicos estampando nas embalagens dos produtos promove credibilidade e segurança ao consumidor final facilitando a comercialização.

Do ponto de vista social e financeiro, notou-se que a certificação orgânica por auditoria não é sustentável para agricultura familiar, os agricultores demonstraram muita coragem e ousadia em fundar uma organização de abrangência estadual para certificar suas áreas de produção através do SPG, e assim ter o direito de usar selo do SISOORG emitido pelo MAPA.

Para os agricultores o SPG não representa apenas uma metodologia de baixo custo, mas também um processo arrojado e organizado, pois proporciona disseminação de informações relacionadas à produção, do manejo orgânico, das alternativas para incentivar a diversificação da produção, do envolvimento da família na produção, promovendo a interatividade entre comunidades/assentamentos por meio das atividades que serão realizadas durante a avaliação da conformidade orgânica.

Percebeu-se que esse sistema aproxima os agricultores, tornando-os aptos a discutir sobre produção orgânica/agroecológica, certificação e comercialização de

seus produtos, garantindo mais segurança e credibilidade na conformidade dos sistemas de produção, tendo em vista que a efetivação de todo o processo de certificação orgânica participativa deve ser protagonizado pelos agricultores familiares.

Ter essa associação formada é um grande avanço para os agricultores que trabalham através do sistema de produção orgânica/agroecológica, e principalmente para o estado da Paraíba. O resultado final do processo de credenciamento junto ao MAPA irá gerar muitos frutos, porém é preciso tomar cuidado ao gerenciar esta associação, pois ela será bastante cobiçada quando estiver com o certificado do SISORG em mãos. Sempre que houver dúvidas sobre a gestão administrativa da Rede Borborema de Agroecologia, é orientado que sejam consultados os documentos de constituição da associação.

As despesas de manutenção do SPG da Rede Borborema de Agroecologia não são poucas, sua área de atuação é ampla, dificulta a realização de reuniões/encontros, encarece as atividades, portanto, é sugerida a manutenção um caixa financeiro que garanta o bom funcionamento da associação. Para o surgimento de novas OPAC's e SPG's proponho que estas, tenham abrangência local, preferência de atuação municipal, facilitando à execução e o planejamento da atividades de certificação orgânica, melhorando a logística e reduzindo os custos de manutenção.

O processo de certificação orgânica participativa necessita de assessoria técnica constante, principalmente no início do processo, a documentação exigida pelo o MAPA é complexa e extensa, os agricultores não conseguem fazer sozinhos. Isso é um desafio que precisa ser imediatamente superado, quem acompanha esse processo de certificação é a ONG ARRIBAÇÃ, porém ela não tem condições financeiras para prestar assessoria técnica contínua, e também não é a assistência técnica oficial dos agricultores familiares. É necessário envolver todas as entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural nesse processo, muitos técnicos e técnicas necessitam ser formados sobre o processo de avaliação da conformidade orgânica, sugiro que as universidades, entidades de assessoria técnica, escolas técnicas, o MAPA, etc, promovam cursos, oficinas, seminários com intuito de capacitar e formar os técnicos para atuar nas atividades de certificação orgânica.

Envolver os filhos e filhas dos agricultores nesta atividade é bastante importante, esta é uma oportunidade de fortalecer o vínculo com o campo, com a família, com a comunidade, promovendo a sucessão agrícola. Vejo que a juventude

camponesa tem muito a contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, porém, precisam ter mais confiança e oportunidade de participação nas diversas atividades executadas pela família, pela comunidade.

Portanto, o processo de certificação orgânica participativa é complexo, mas, também muito interessante, exige organização, disciplina, planejamento, envolvimento direto dos atores durante todo o processo. A realização desta pesquisa demonstrou que os agricultores/as familiares conseguem administrar o Sistema Participativo de Garantia, desde, que demonstrem interesse, firme parceria com o poder público, entidades de assistência técnica e consumidor final.

9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; Veiga, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: IPEA, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

Agricultura orgânica de qualidade em grande escala, disponível em:

<<http://www.organicnet.com.br/2013/11/agricultura-organica-de-qualidade-em-grande-escala>>. Acesso: 27 de julho de 2015.

_____. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. 7(2): 19-27 (2012).

ALENTEJANO, P.R.R. O lugar da agricultura no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan/fev. 1997.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa, Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ASSIS, R. L. & ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, Editora UFPR, jul./dez. 2002.

BRASIL. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº7. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1. págs 11, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Decreto Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Lei Nº 10831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Instrução Normativa nº 7 de 17/05/1999.

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, Brasília: MDA, 2013-2015.

BOLETIM do DESER, N.º 104, Agosto de 1999, p. 10.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, F.R & COSTABEBER, J.A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília – DF, 2009.

CARNEIRO, M.J. e MALUF, R. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro (RJ): MUAD, 2003.

CEPAGRO. Certificação participativa de alimentos agroecológicos. Coleção saber na prática, vol. 2. Florianópolis, 2013.

CONTAG. Nem fome, nem miséria: o campo é uma solução. In: Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. 6. Anais, Brasília, DF, p.17, 1995.

CONSULTA NOS DOCUMENTOS, RELATÓRIOS DA ARRIBAÇÃO, REMÍGIO, 2011.

EMBRAPA. Marco Referencial em Agroecologia, EMBRAPA Informação Tecnológica, Brasília, DF, 2006.

FACHINELLI, Ana. Cristina et al. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. In: Revista Com Ciência, 2000. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>. Acesso em 31/julho/2015.

FAO/IICA. Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe, 2014.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, 1994.

FEIDEM, A.; ALMEIDA, D.L.; VITOI, V.; ASSIS, R.L. **Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.2, p.179-204, maio/ago. 2002.

FONSECA, M.F.A.C. Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: Programa Rio Rural, 2009.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara São Paulo. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 49, n. 2, Brasília: RESR, 2011.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2000.

HOWARD, A. Un testamento agrícola. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1940.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso: 20 de maio de 2015.

IFOAM. **Participatory guarantee systems**: shared vision, shared ideals. Berlim, 2005. 3 p. Disponível em: <http://www.ifoam.org/about_ifoam/>. Acesso 20 de julho de 2015.

IPEA. A Agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília, 2015.

INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar. Brasília: MDA, 2000.

INOJOSA, R. M. **Redes de compromisso social**. RAP. Rio de Janeiro, 1999.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06. Ministério da Agricultura. Janeiro de 2002.

LAMARCHE, H. A Agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

LERNOUD, A. P.; FONSECA, M. F. de A. C. (Ed.). Seminário Internacional de Certificação Alternativa. Torfolk: Grolink AB, 2004. 31 p. **Proceedings of the Internatinal Workshop on Alternative Certification**, held in April 13-17, 2004, in Torres, RS. Evento organizado por IFOAM, MAELA, Centro Ecológico. Disponível em: http://www.unctad.org/trade_env/test1/projects/itf/English%20Proceedings.pdf>. Acesso em: 19 julho de 2015.

MACHADO, L.C.P. **A Dialética da Agroecologia**. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2014.

MALMEGRIN, M. L. Redes públicas de cooperação - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de camponês. REVISTA NERA – ANO 11, N. 12 – JAN/JUN 2008.

MARQUES, C.; PEREZ, J.C.; SANTOS, L.C.R. & VIEIRA, G.Z. Formação e Consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia. Texto produzido para o Encontro de Mercado Justo. Quito – Equador, 2001.

MARTINHO, C. Redes – uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-

organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MDA. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil. Brasília: MDA/SDT, 2005.

PETERSEN, P. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009.

PINTO, A.M. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. RAP — Rio de Janeiro 43(5): 1091-1116, 2009.

PORTUGAL, D. A. O desafio da Agricultura Familiar. Disponível em
<<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>>. Acesso: 20 de maio de 2015.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Vale do Paraíba, João Pessoa – PB, 2013.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Borborema, 2010.

RANGEL, I. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto alegre: UFRGS, 2000.

_____. Rede uma estrutura alternativa de organização. Disponível em:
< <http://chicowhitaker.net/estante/Redes>. Acesso: 20 de julho de 2015.

SANTOS, L. C. R. Formação e consolidação da Rede Ecovida de agroecologia e a sua experiência de certificação participativa¹. Documento: Normas simplificadas da Rede Ecovida de Agroecologia. Lages, 2001.

SAUER, S. Agricultura familiar versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. EMBRAPA Informação Tecnológica, Brasília-DF, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade da agricultura familiar. P. Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, S. P. Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

VEIGA, J. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Texto para Discussão, nº 1. Brasília: NEAD, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 42-62. Rio de Janeiro, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro

Anual Da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu – MG, 1996.

WHITAKER, F. **Textos para discussão**. Revista MUTAÇÕES SOCIAIS, publicação trimestral do CEDAC, do Rio de Janeiro, Ano 2/nº 3/ março/abril/maio de 1993.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA CENTRO DE
CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E
FUNDAMENTAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Avaliação da Participação
dos Assentamentos: Queimadas e Margarida Maria Alves I na Rede Borborema de
Agroecologia

Questionário 1 – Agricultores Familiares

Entrevistador/a: _____ **Data da entrevista:**

____/____/____

Pessoa

entrevistada: _____

Quadro 1 :Identificação da propriedade e produtos agrícolas cultivados

1. 1 Nome do/a responsável:		1.2 Apelido:
1.3 Comunidade ou Assentamento:		1.4 Município:
1.5 Área total da propriedade:	1.6 Existem áreas arrendadas? () Sim () Não Se sim, indicar o tamanho da área e a localidade:	
1.7 Produtos que são cultivados na propriedade: () feijão () fava () milho () hortaliças () frutas () algodão () legumes () tubérculos () raízes () outros		

<p>Citar as frutas:</p> <p>Citar as hortaliças e legumes:</p> <p>Citar os tubérculos e raízes:</p> <p>Citar outros:</p>

Quadro 2: Processo de certificação orgânica da produção e comercialização

2.1 A propriedade já foi certificada como sistema de produção orgânica? () Sim () Não	
2.2 Desde de que ano?	2.3 Quem certificou?
2.4 Quem custeia a certificação da área de produção? () Empresa () Agricultor Familiar () Outros	
2.5 Por que certificar às áreas como sistema de produção orgânica?	
2.6 Qual ou quais os produtos são comercializados como orgânicos?	

2.7 No quadro abaixo relacione os preços dos produtos orgânicos e convencionais.

[illegible]

28 Com quais empresa/mercados você já comercializou os produtos como orgânico?

29 Existe assinatura de contrato? () Sim () Não

2.10 Com quais instituições

2.11 Está satisfeito com o processo de comercialização? () Sim () Não

Quadro 3: Sobre o Certificação Participativa – Rede Borborema de Agroecologia

3.1 É sócio/a da Rede Borborema de Agroecologia? () Sim () Não

3.2 Qual a importância desta associação para os agricultores que produzem por meio do sistema de produção orgânica?

<p>3.3 Participa de todas as atividades promovidas pela Rede Borborema de Agroecologia?</p> <p>() Sim, participo de todos os encontros, reuniões, oficinas, visitas de intercâmbio, etc.</p> <p>() Às vezes participo.</p> <p>() Participo apenas porque preciso receber o selo de orgânico.</p> <p>() Não participo porque os horários e dias não acessíveis.</p> <p>() Outros</p>
<p>3.4 As atividades promovidas pela Rede Borborema de Agroecologia são consideradas: () de fácil entendimento () difícil entendimento () cansativas () burocráticas () Outros.</p> <p>*Responder por ordem de prioridade</p>
<p>3.5 Quais os avanços obtidos por meio da Rede Borborema de Agroecologia?</p>
<p>3.6 Quais as dificuldades encontradas durante a implantação e execução das atividades da Rede Borborema de Agroecologia?</p> <p>() burocracia () falta de assistência técnica () custeio das atividades () realizar as visitas de inspeção () outros.</p> <p>*Responder por ordem de prioridade</p>